

instancia ; que não tinha havido até alli , pois , como já disse , appellar extrajudicialmente , provocar , e citar para litigio novo , são vozes synonymas da appellação extrajudicial ; e intentar nova demanda , val o mesmo , que instaurar nova instancia , assim como decidir contenciosamente o que outrem não julgou , vem a constituir primeiro Juiz no ponto controvertido.

117 O certo he , que se o dito Quartanario se achava gravado pelos assentos do Illustrissimo Cabido , e se capacitava com justiça capaz de resistir a esse gravame , devia fazer notificar ao Illustrissimo Cabido por despacho do seu Reverendo Juiz , e constituída nelle a primeira instancia , appellar das sentenças , que elle dêsse , e lhe fossem prejudiciaes : mas sem esta citação , nem instancia , appellar logo *ad Sanctam Sedem* , sempre tem dureza pelo fundamento de se transplantar a primeira instancia na segunda , e se vereficar appellação , aonde não houve sentença nem Juizo contradictorio : e todos os mais meynos , que não fossem estes eraõ improprios , a não serem absolutamente estranhos.

118 Aqui reflecteria eu agora nas palavras *intra legitima tempora appellavit* do Rescripto , e lembrandome da obrigação , que declaraõ os Doutores , ao Reverendo Doutor Juiz Apostolico , de averiguar primeiro se esta permissa era verdadeira , lhe perguntaria se podia ser Juiz valido em virtude do Rescripto , cuja obrepção , e subrepção



lhe era não só patente pelos autos , mas elle mesmo , sendo aquelle varaõ honesto , perante quem se appellou , havia sido o instrumento della ? Quero dizer : lhe perguntaria se sabendo muito bem , com sciencia de Ministro , que a appellação fora interposta passados mais de oito mezes , podia desenrolar os procedimentos , com que nos perturbou , fundando-se no Rescripto concedido na supposiçãõ de se ter appellado dentro em dez dias ? E se a commissaõ , como esta , condicional , e não purificada lhe dava os poderes , com que mandara ferrar as portas dos Templos , occultar os sacrificios , e suspender os cultos , e venerações , que tributamos a Deos nos Santuarios ?

119 Recorreria , sem duvida , ao tracto successivo , que he o refugio de que se podia valer , mas com pouca segurança ; porque para o aggravo se interpor passados os dez dias , nas materias em que *quotidie fit gravamen* , são precisas muitas circunstancias , e não basta simplesmente o diario castigo , e a pena continuada. He preciso , que seja appellavel a causa , de que se deduz o gravame , (206) e que o gravado não tenha de algum modo consentido nelle ; assim como sendo solto com a obrigaçãõ de se restituir ao carcere no modo praticado com o dito Quartanario , que estando

prezo

(206) Episcop. Hieronym. Campanil. Diversor. Jur. Cannonic. Rubric. 11. cap. 13. num. 311. 312. 313. & 314. ex ratione assignata per Gratian. cap. 17. num. 3. Menoch. Cas. 202. num. 44. Peg. de competent. p. 1. cap. 52. num. 6.



prezo por culpa legitima, e inappellavel, foy posto em liberdade por tempo limitado, (207) e nunca protestou o habatimento das multas. He preciso, que o gravame, de que se appella, seja presente, e não antigo, (208) e que se deduza delle a appellação; porque até no prezo (sendo o carcere o mais exacto exemplo do tracto successivo) se faz tão indispensavel esta declaração, que não será admittido a appellar, senão differ, que appella do damno presente. (209) Pelo que de nenhum effeito serviria o recurso deste tracto successivo, estando assim fogeito a tantas exceções, quantas são as referidas, e as mais que escrevem os Doutores ponderando esta doutrina.

(207) Ruginel. de Appellationib. §. 2. cap. 3. num. 178. & eo citato Scacc. d. Appellat. quæst. 12. num. 148. quod exemplificat in teste carcerato, eo quod jurare recusavit, qui stante particulari statuto Mediolanensi, & dispositione generali juris communis appellare non potest ibi: *Restringe 111. ut non procedat in eo qui est carceratus pro causa inappellabili, vel pro causa, pro qua captura est permessa, quia non auditur appellans, etiam si appellasset infra decem dies. Et quod testis carceratus ut præhibeat testimonium non posse appellare à carceratione ex dispositione statutorum Mediolanensium; quod ego credo esse etiam ex dispositione juris communis, & generalis consuetudinis, quæ non aliter servat.*

(208) Multis citatis idem Scacc. ubi proxime num. 147. ibi: *Restringe 11. ut non procedat quando carceratus dedisset fideiussores de solvendo, vel de recedendo ad carceres, quia sic consentit carcerationi; ideoque non diceretur gravatus, & consequenter non posset appellare etiam si appellasset infra decem dies.*

(209) Idem Scacc. num. 149. ibi: *Restringe 4. ut non procedat quando appellaret à præterito gravamine, & allegaret causam gravaminis de præterito, quia tunc non posset appellare post lapsos decem dies. Quare fit cautus appellans, ut appellet ex causa gravaminis de presenti.*



## CAPITULO III.

*Quanto a não se considerar appellação extrajudicial, mas querela.*

120 **A**gora discursarey por hypothesi, porque discurso não no que foy, mas no que deveria ser. Deveria ser querela, e foy appellação extrajudicial, o recurso que o dito Quartanario escolheo; mas sempre com nullidade, ou o entendimento se empregue nas realidades, ou se apure nas supposições. Nem hum, nem outro recurso he util ao dito Quartanario, porque se na appellação se vence de resistencias; na querela se fogeita às contradicções. Na appellação he excluído pelo Rescripto Pontificio, pois o que se concede para as appellações, se não extende às extrajudiciaes. (210) Na querela vem a não ter Rescripto, porque o concedido para a appellação he inapplicavel à querela, que he remedio separado; (211) e nesta

(210) Cum aliis Salgad. de Reg. protect. p. 2. cap. 3. num. 21. ibi ut in simili casu dixit Philip. Franc. in Cap. *Ex parte tua* 47. sub num. 9. de Appellat. quem sequitur Scacc. de Appellat. quæst. 12. num. 149. ibi: *Postquam dixerunt quod à carceratione potest quandocumque appellari etiam post decem dies, quia carcer semper, & continuo, & quotidie gravat; limitant ut non procedat, quando appellaret carceratus de preterito gravamine, sive allegaret causam gravaminis de preterito; quia tunc non posset appellare post decem dies, & sic debet cautè appellari à causa gravaminis de presenti.*

(211) Latè explicat Scacc. de Appellat. quæst. 1. num. 8. & relato Contard. in loco ibi citato, extendit doctrinam dicto numero positam, ad Rescripta, in quibus, appellatio extrajudicialis non venit sub nomine appellationis, ut ibi: *Dicens quod in Rescriptis sub nomine appellationis non venit appellatio extrajudicialis.*



nesta fórma tem na appellação exclusiva, e na querela exclusão.

121 Não duvêdo, que a querela he recurso mais privilegiado, porque compete contra as sentenças, que passaraõ em cousa julgada, e se pôde supplicar em todo o tempo; (212) porém que importa este privilegio, se tem a querela modo diverso de procedimento, totalmente opposto ao praticavel nas appellações? Que importa, que queiramos chamar querela ao recurso do dito Quartanario, se nem temos sentenças, nem os meynos de nullidade, em que se exercitaõ as querelas? E que importa, que lhe demos este nome, se o vemos insustentavel nos effeitos?

122 Se recorrermos à querela impropria, qual he o recurso, ou a supplica, que se interpoem do inferior para o superior, do Cabido para o Prelado; não vemos, que o Quartanario Manoel da Sylva da Cunha supplicasse nesta fórma ao Pontifice. Assim que não ha meyo, com que se possa salvar a nullidade, que na origem contrahio a commissão Pontificia, em que tanto se fortaleceo o Reverendo Doutor Joseph Gomes Dias para o exercicio de taõ fataes procedimentos. Não podia ser a  
com-

(212) Peg. de Competent. p. 1. cap. 37. num. 8. ibi: *Cum querelare non sit appellare, sed dicere de nullitate, non potest adiri per viam querelae, & nullitatis, quia non potest de nullitate cognoscere principaliter, nisi per viam appellationis, & sine ea non potest tractare de nullitate, aut injustitia negationis per se, & principaliter, absque appellatione nec extra remedium appellationis.* Exornat Ciarlin. forens. tom. 2. cap. 125. num. 30. & sequentib. terminanter Scacc. de Appellat. quaest. 17 limit. 1. num. 41. Idem Scaccia ubi proximè ex ratione ibi rellata.



commissão valida em nenhum tempo , se em todo foy nulla a appellação; nem devia conferir poderes Pontificios o Rescripto não só impraticavel nos meynos , mas no fundamento.

123 Aqui me emmudeço já pelo que respeita ao Quartanario Manoel da Sylva da Cunha; porque para sobir mais o discurso , se debilitaraõ as forças da minha penna. A outra mais elevada , e sempre judiciosa , hey de agora supplicar a exaltação do meu parecer ; e seja em mim huma invejosa confusão do juizo , sacrificio glorioso ao desempenho deste voto. Ao Senhor Desembargador Belchior do Rego de Andrada , imagem exemplar de Jurisconsulto Catholico , e idéa complecta de Ministro perfeitissimo , quero confessar a justificação , e o patrocínio , a que neste lugar recorre o meu engenho , já que tudo me participa na resposta , que aqui transcrevo. Na resposta deste eloquente Senador , assim benemerito da geral estimação , quanto digno dos altos empregos literarios , e politicos , que exercita , admirarás , Leitor , não sem enveja , a prodigiosa felicidade , com que aquella mão scientifica , altamente doutrinada , identificou a clareza na jurispericia , e a docilidade na intimação ; e verás primorosamente exercitada a arte admiravel de unir o subtil com o perceptivel , o eloquente com o conciso , e o claro com o elevado.

Resposta



Reposta, que o Senhor Desembargador Belchior do Rego e Andrada, Desembargador do Paço, e Procurador da Coroa, deu contra o Reverendo Doutor Joseph Gomes Dias no Recurso interposto contra o Quartanario Manoel da Sylva da Cunha.

**N**A regra 11. do Rescripto, fol. 2. se achão riscadas, em parte substancial, algumas palavras, em que se dispunha sobre a jurisdicção conferida aos Juizes Delegados, o que basta para não ter validade, conforme o Texto no capitulo Inter dilectos de Fide instrument. cum quo Peg. For. cap. 19. num. 65. concorre tambem, que sendo a appellação fol. 30. interposta em 30. de Outubro de 1733. e assinado o primeiro fatal para se seguir em 25. de Novembro do mesmo anno, o Rescripto se acha com a data de 8. de Dezembro, e não he verosimel, que em tão breve tempo se podesse expedir, e em tempo de Inverno.

E ainda que o Rescripto não tivera contra si o vicio, e inverosimilidade apontada, não podia o Arcebispo de Goa subdelegar os seus poderes no chamado Juiz Joseph Gomes Dias, por ser certo, que as causas criminaes só se podem commetter aos Bispos, e seus Officiaes, conforme o disposto no Concilio Tridentino, sess. 24. de Reformatione cap. 20. e não se podem subdele-



gar por se reputar eleita a industria dos Delegados , e as suas proprias pessoas : ex text. in cap. fin. §. Is autem de offic. delegati , Cap. Is , cui de offic. delegat. in 6. August. Barbof. de Potestat. Episcop. 3. p. allegat. 84. num. 13.

Que a presente causa seja criminal ; se verefica pela fórma do procedimento , porque houve denunciação do Meirinho do Juizo Ecclesiastico , e pronuncia do R. por não obedecer ao assento do Cabido com multa , e excommunhaõ , e pela contumacia haver o R. incorrido nas penas cominadas , como consta da certidaõ fol. 17. do que resulta ser a causa criminal conforme a doutrina de Farinat. de Delictis , & poenis lib. 1. tit. 3. quæst. 18. à num. 28. Conciol. in Resol. crimin. verbo Multa resol. 1. e por tal se reconheceo na Dataria , expedindo-se o Rescripto de commissão para o Arcebispo de Goa , Bispo de Constantina , e Official do Bispo de Faro , na fórma do Concilio Tridentino sess. 24. de Reformat. cap. 20.

Do que se verefica , que o chamado Juiz Subdelegado procedeo com notorio defeito de jurisdicção , e elle mesmo o reconheceo assim ; porque sendo notificado por hum Precatorio do Vigario Geral do Patriarchado , para fazer certa sua jurisdicção , o não fez , e pedio vista da notificação , como consta fol. 20. & seqq. e assim licitamente se podia desprezar a sua inhibitoria , porque procedia sem jurisdicção , e por virtude de huma subdelegação nulla , conforme a doutrina dos que cita Peg. de Competent. p. 7. cap. 56. num. 25. Quanto mais , que , como consta do ultimo appenso , não se chegou a disputar



putar a sua Carta, mas della se mandou continuar vista ao Procurador do Reverendo Cabido; e devendo o proprio Notario, que intimou a inhibitoria, ir procurar o despacho della, conforme o estylo de que attesta o Escrivaõ da Camera Ecclesiastica; o não fez, antes se lhe mandou entregar pelo Padre João Ferreira de Andrada, e pelo Padre Bartholomeu da Costa como attestaõ fol. 26. e 28. e se occultou o Notario só a fim de a não receber: e sendo tambem pratica, e estylo no caso, que se não cumpre a primeira Carta inhibitoria, passarse segunda antes do procedimento de censuras, como attesta o mesmo Escrivaõ da Camera Ecclesiastica, fol. 28. desordenadamente, e com grande celeridade se animou este Juiç a proceder com censuras, e com outros desordenados, e incuriaes procedimentos, e escandalosos, que bem inculcaõ o seu mau animo, e constaõ das certidões a fol. 30. elegendo pela meya noite hum Notario para subscrever as Cartas do interdiçto, devendo ser passadas pelo que escrevia nos autos.

Do que tudo bem se manifesta, que este Juiç Ecclesiastico procedeo, não só com notorio defeito do poder, e jurisdicção, nulla, e incompetentemente; mas desprezada a ordem de Direito, abusou da jurisdicção, ainda quando a tivera, e por modo irregular, no que sem duvida fez oppressão, e violencia ao recorrente, e fica tendo lugar o recurso, como bem prova Van Spen in tract. de recurs. ad Princip. cap. 3. §. 2. & §. 3. Idem de censuris Ecclesiasticis cap. 8. §. 4. Portugal de Donat. Reg. p. 2. lib. 1. cap. 31. num. 23. & 39. e serey presente = Rego. =



## CAPITULO IV.

*Quanto ao Quartanario Pedro Ribeiro.*

124 **N**ÃO se incorporon nos autos o termo de appellação, que era precisa ao dito Quartanario para a validade do seu Rescripto; e como a appellação se não presume; (213) devia darnos della a certeza individual, que atéqui nos não participou. Ajunta huma attestação extrajudicial de hum homem, que diz ser Notario Apostolico, em que declara, que o dito Quartanario appellou. Mas não advertio, que além da presumpção de falsa, que tem contra si, por ser produzida tanto fóra de tempo; (214) he huma attestação de cabeça, em que os Notarios não tem fé, (215) e não vem fortalecida com o numero de testemunhas, que era preciso para se lhe dar credito algum, que fosse judicial. (216)

125 A appellação *in scriptis* pela fórma de Direito Canonico, (217) ou *viva voce*, segundo a disposiçã

(213) August. Barbof. in cap. *Romana* de Appellat. in 6. num. 8. Cyarlin. forens. tom. 2. cap. 148. num. 21. Peg. de competent. p. 1. cap. 52. num. 5. ibi: *Quia appellatio, ut quid facti non presumitur nisi probe- tur interposita in tempore legitimo.*

(214) Cum multis Peg. cap. 19. forens. num. 23.

(215) Text. in cap. *Quoniam contra* & ibi Abb. num. 8. de probat. Mascard. de probat. conclus. 1010. num. 3. Mend. in prax. 1. p. lib. 1. cap. 2. appendic. 1. in fin. §. *Item.*

(216) Pluries extat repetitum super appellationem extrajudicialem.

(217) Cum ii. numeris Scacc. de Appellat. quaest. 4. artic. 1. num. 1. per tot.



posição Civil, (218) e assim judicial como extrajudicial sempre se deve incorporar nos autos para que conste por elles ao Juiz Delegado se tem jurisdição para conhecer, e se a causa se devolveo à Sé Apostolica, donde lhe vierão os poderes. Para este fim, antes que o dito Juiz exercite acto algum jurisdiccional, procurará saber se se appellou, e dentro no termo de Direito; pois ou não se appellando, ou appellando-se fóra delle, deve logo declarar-se não Juiz; (219) porque faltando a appellação, não póde subsistir o Rescripto, que lhe dava os poderes, (220) sem os quaes não deve de nenhum modo conhecer.

126 A este preciso exame faltou o Reverendo Doutor Juiz Apostolico; pois ainda que se deliberasse a dar credito à attestaçãõ daquelle Notario, não constava por ella, que o dito Quartanario appellasse dentro nos dez dias contados da intimação dos assentos, e multas; e como a appellação se não presume interposta nos ditos dez dias, (221) passavalhe o encargo para provar, não só a interposição, mas o tempo della; pois de ter appellado se não segue infallivelmente, que o fizesse no termo determinado por Direito.

127 Quem lê no Rescripto do dito Quartanario as palavras causaes: *Ideo exponens prædictus ad Sedem*

(218) Idem Scacc. num. 9. §. *Secus est de jure civili.*

(219) Text. expressus in cap. *ROMANA* 36. §. *Si vero* de appellat. in 6. ubi communiter Doctores.

(220) Multoties probatum manet num. antecedent.

(221) Doctores citati num. 210. quibus additur Oliv. de for. Eccles. fol. mihi 97. num. 54.



*Sedem Apostolicam intra legitima tempora appellavit;* e quem considera na facilidade, com que se executou o Rescripto dependente da appellação, que se não verificou, fica perplexo considerando se foy mayor a ousadia da supplica ao Pontifice, que a brevidade no excesso da execucao do Rescripto?

128 Agora sim, meu Leitor, te desembaraço eu de todo para o exercicio das tuas impaciencias suspensas atéqui pela piedade dos meus rogos. Já te deixo o campo livre para à proporção do teu genio discursares neste caso: porque a minha pena resignadamente respeitosa ao sagrado caracter deste Ministro, suspende os voos, que podiaõ transcender a esfêra do comedimento. Mas se o pequeno obsequio do meu trabalho póde inclinar-te a huma benevolencia generosa, seja toda para que te persuadas, que nas vozes deste papel em nada violou o meu animo as decorosas attenções deste Ministro. Se leres alguma palavra, cuja acrimonia te dificulte este conceito, lembrete, que muito antes de a proferir a protesta retratada a minha profunda reverencia. E se em fim criticares a diminuição de fundamentos, que podiaõ fortalecer o discurso deste papel, podes crerme, que não foy descuido da minha reflexão, mas culto obsequioso à tua commodidade.

129 A este fim debes attribuir a concisaõ, com que toco os pontos mais importantes deste caso; senão quizeres entender, que menos que isto bastaria para os Leitores Sabios, que para os  
indou-



indoutos nada he bastante. Bem sey, que repararás na brevidade, com que passay pela contumacia, em que esperavas mayores reflexões, e differenças individuaes entre excommunhaõ injusta, e nulla, valida, e injusta, ou o seja pela falta de animo, causa, ordem, ou poder no Juiz, que as proferio. Mas além de ser tudo isto materia de muitos textos vulgares de Direito Canonico, (222) confesso, que fugi quanto me foy possivel às exposições destas, e outras doutrinas conaturaes deste ponto; porque receey se entendesse; que eraõ apparatus para ostentaçaõ vaidosa de noticias, no papel em que não escrevo ex professo de excommunhões.

130 Este receyo foy o motivo para me não dilatar na averiguaçaõ de contumacia verdadeira, e ficta, formal, e material, e formar Juizo estabelecido nas doutrinas do Illustrissimo Arcebispo Covasruvias, e do Religioso, e doutissimo Padre Soares, e de outros muitos Theologos, e Moralistas, que debes suppor de mim leria; porque vendo que o Illustrissimo Cabido reccorreo promptissimamente a Juizo na fórma que relatey, não posso considerarlhe cotumacia em nenhuma das especies, e muito mais não havendo no Doutor Joseph Gomes Dias a jurisdicçaõ, que obrigasse a obediencia, que

(222) Text. in cap. *Episcopus* §. *Si ergo*. Cap. *Non solum* §. *Cum ergo* 11. quæst. 3. Glos. verbo *Iusta fuerit* in cap. *Sacro* de sentent. Excommunicat. Cap. *Venerabilibus* §. *Post sententiam* de sentent. Excommunicat. lib. 6. Glos. verbo *Injusta*, in dicto Cap. *Sacro* de sentent. Excommunicat. Cap. 1. de Excessib. Prælator. Cap. *Nullus* de Parroch. Cap. *Romana* de sentent. Excommunicationis lib. 6.



que he fundamento effencial da contumacia. (223) E se bem podia dizerte fundado em huma Glosa, (224) que a contumacia verdadeira nos termos de Direito Canonico só se contrahe quando a pessoa, que he chamada a Juizo disse claramente, que não queria apparecer nelle; ainda que outra Glosa seguisse, que nem assim se incorria na dita contumacia, (225) até me abstenho disto; porque reputo superfluidade estar levantando juizos sobre entes, que se não verificaraõ para estabelecer discursos em hypotesis; mayormente tendo protestado, que escrevo para doutos, e professores, que me entendem, e me podem, e devem supprir, e não para ignorantes, e idiotas, para os quaes não tenho vagar, paciencia, doutrina, nem necessidade de lhes escrever.

(223) Cum multis Salgad. de Retent. Bullar. 2. p. cap. 20. num. 25. & 26. & 1. part. cap. 3. à num. 25. cum sequentib. & in cap. 2. à num. 19. 24. 30. 33. & 34.

(224) Glos. magna in Clementin. 1. de Dol. & Contumac.

(225) Glos. verbo *In judicio* in cap. *Venerabilibus* §. *Secus* de sentent. Excommunicat. lib. 6. quam, secundum Doctores ibi relatos, dicit. communem Cævall. Commun. contr. Commun. quæst. 256. §. ultim, quod necessario intelligendum oportet per postea dicta quæst. 112.



Reposta , que o Senhor Desembargador Belchior do Rego , e Andrada , Desembargador do Paço , e Procurador da Coroa deu no Recurso do Quartanario Pedro Ribeiro.

**T**odos os procedimentos deste Juiz Ecclesiastico tem sido de facto , e com notorio defeito de jurisdicção , porque a que se lhe confere pelo Rescripto he na errada supposição de estar divoluta a causa à Sé Apostolica por appellação legitimamente interposta , e de tal appellação não consta pelos autos appensos ; antes pela certidão , ao diante junta , se mostra como sendo intimado ao R. o assento do Reverendo Cabido , esteve por elle sem appellar , accommodando-se com a multa , e recebendo a mezada com o abatimento della ; e tudo o que obrou este Juiz foy sem jurisdicção , e poder , e fica tendo lugar o recurso , como bem explica Vanſpen de Recurs. ad Principem cap. 3. §. 4. Oliv. & alii cum quib. Portug. de Donat. Reg. 2. p. lib. 1. cap. 31. num. 49. e podia o Cabido desprezar a inhibitoria do chamado Juiz Delegado , como largamente prova Peg. de Competent. 1. p. cap. 56. num. 26.

Nem esta sendo de sua natureza criminal , e na fórma do procedimento della , como consta da outra certidão ao diante junta , podia ser commettida ao dito Juiz , mas sim aos Bispos , ou seus Officiaes na fórma do Concilio Tridentino Sess. 24. de Reformat. cap. 20. e



se expedio esta commissão por se não declarar a qualidade da causa, e se occultar na supplica; e ainda quando tivesse jurisdicção não podia proceder de facto, fulminando censuras sem observar a ordem de Direito, como mostrey no outro Recurso, que se deve juntamente despachar com este, e offereço o que nelle respondi, e serey presente = Rego. =

Copia da sentença, que no Juizo da Coroa se proferio por via de Recurso contra o Quartanario Manoel da Sylva da Cunha.

*A* Cordão em Relação &c. Vistos estes autos, e petição de Recurso, que do Reverendo Juiz Apostolico Joseph Gomes Dias se interpoz pelo Procurador do Cabido de Lisboa Oriental, a quem assiste o Procurador da Coroa, que in voce recorreo tambem em seu nome. Mostra-se, que havendo-se procedido pelo Juiz do Reverendo Cabido contra o Quartanario Manoel da Sylva da Cunha pelo auto da desobediencia inserto em o documento fol. 17. mandando-o embargar em a prisão, em que se achava por virtude da denunciação julgada a procedimento fol. 17. vers. se interpoz pelo denunciado, perante o mesmo Juiz Apostolico appellação fol. 30. nos autos principaes, que depois se veresficou a fol. 33. por virtude da qual vindo o Rescripto fol. 2. em elle nomeados por Juizes o Arcebispo Primaz de Goa, e o Reverendo Bis-



Bispo de Constantina , em terceiro lugar o Vigario Geral do Algarve , se aceitou pelo primeiro nomeado o dito Bispo subdelegante os seus poderes em o dito Reverendo Juiz Apostolico Joseph Gomes Dias , perante quem a dita appellação , na fórma já mencionada , se tinha interposta. Mostra-se que aceitando por elle a subdelegação , se passou logo por ordem sua inhibitoria compulsoria junta aos autos em o appenso primeiro , que sendo intimada em o dia 29. de Janeiro se mandou sem demora pelo Reverendo Cabido por despacho seu de 30. do mesmo mez continuar vista ao Procurador da Mesa Capitular , e por se não ir buscar com o dito despacho pelo mesmo Notario , que o tinha levado , se lhe remetteo depois em razão de se haver occultado pela não receber , segundo se vê das certidões fol. 26. affectando-se por esse principio haver da parte do Reverendo Cabido contumacia , e inobediencia aos mandados Apostolicos , e sem que se esperasse a resposta do Procurador do Cabido , nem despacho seu , nem se passar segunda inhibitoria na fórma do estylo , e pratica assás vulgar , e de que testifica a certidão fol. 28. se procedeo a declaratoria fol. 7. e não se dando lugar ao dito Procurador do Cabido podesse deduzir as exceiçoes , que lhe podião competir , assim por razão do visível vicio , com que em parte sustancial se acha o Breve de commissão em o appenso fol. 2. como por não permittir a qualidade da causa , que o Reverendo Arcebispo de Goa podesse conferir , por subdelegação , ao dito Juiz a jurisdicção , que lhe tinha sido delegada , cuja materia necessitava de pleno conhecimento por ser offensiva de jurisdicção , com que o dito



Juíz Apostolico se considerava , e preciso , e necessario antecedente para valida , e juridicamente se haver por elle de proceder à declaratoria. Mostra-se , que reconhecendo-se pelo mesmo Juíz depois de se ter adiantado em mandar passar a Carta de participantes fol. 8. pelo despacho fol. 16. a acceleraçãõ , e desordem , com que tinha procedido , proferio o despacho fol. 43. verso de 13. de Fevereiro , pertendendo sanear esta nullidade com assinar mais tres dias aos reccorrentes para cumprirem a referida inhibitoria , sem reconhecer , que por parte do mesmo Cabido se achava já com o sobredito despacho cumprida na parte , que o podia ser , insistindo em querer impor ao dito Reverendo Cabido a obrigaçãõ , que tinha a parte de applicar a resposta de seu Procurador , e de a pôr em termos de se poder nella proferir a ultima decisãõ , segundo a vulgar praxe , que fica considerada , e se expressa na dita certidaõ fol. 28. e fórma judicial , que inviolavelmente se observa em todos os Juizes Apostolicos , passando precipitadamente a aggravar as Censuras por interdiçto , cessassio à Divinis , valendo-se a este fim de multiplicar as nomeações de Notario , não recebendo tambem no effeito suspensivo a appellaçãõ , que pelo dito Reverendo Cabido , deste violento , e desordenado procedimento se interpoz. Mostra-se finalmente , que pela fórma referida se fica com evidencia reconhecendo haver o dito Juíz procedido com notorio defeito de jurisdicçãõ , por se não achar ainda verificado , a tem para os procedimentos , de que usou , bastando a incerteza della para estes lhe não serem permittidos ; o que sem duvida he caso de recurso , e força , resultando  
esta



esta tambem de haver procedido ex abrupto desprezada a ordem judicial, e negando, e privando aos recorren-tes da defeza, que lhes podia competir: o que tudo o dito Senhor deve occorrer. O que tudo visto mandão se passe Carta para o dito Juiz Apostolico, pela qual o mesmo Senhor lhe roga, e encomenda de sistada oppres-ção, que faz ao Supplicante, revogando todos os seus procedimentos, e declarando-os por nullos, e invalidos. E não o fazendo assim (o que d'elle se não espera) man- dão às Justiças Seculares, que nesta parte não cumprão suas sentenças, e mandados, nem evite ao recorren- te, nem lhe levem as penas de excommungado. Lisboa Oriental, 5. de Junho de 1734. = Fuy presente. = Re- go. = Vas de Carvalho. = Arouche. = Abranches. = Doutor Carvalho. = Assinarselha pelo Senhor João Mar- ques Bacalhao. =

Copia da sentença, que no Juizo da  
Coroa se proferio por via de Re-  
curso contra o Quartanario  
Pedro Ribeiro.

**A**Cordaõ em Relação &c. Vistos estes autos, e pe-  
tição de Recurso, que do Reverendo Juiz Aposto-  
lico Joseph Gomes Dias se interpoz pelo Procurador do  
Reverendo Cabido de Lisboa Oriental, a quem assiste o  
Procurador da Coroa, que tambem in voce reccorreo em  
seu nome. Mostra-se, que appresentando-se ao dito Re-  
verendo



verendo Juiç por parte do Quartanario Pedro Ribeiro o Breve fol. 2. em que se acha nomeado para ser Juiç de huma appellação, que se suppoem interposta pelo sobredito Pedro Ribeiro, sendo pelo mesmo Juiç aceito, logo sem que se lhe ajuntasse termo da tal appellação, nem lhe constar houvesse o gravame sufficiente para esta ter lugar, nem intervir justificação alguma della, se passou por seu mandado a inhibitoria fol. 5. e pouco depois a declaratoria fol. 83. e na mesma fôrma a carta de participantes fol. 16. sem se verificarem os requisitos necessarios para se porem em pratica os referidos procedimentos; mas antes pelo contrario se acha manifesto pelos autos não haver nelles termo algum de appellação, nem mais que a attestação do Notario fol. 28. verso, que da dita appellação depoem, depois de se terem já praticado os referidos procedimentos, sem transcrever o termo della, como se fazia preciso para poder ser attendivel, e constar da sua formalidade, modo, e tempo, em que se appellou; não se provando tambem o gravame necessario para a mesma Ley ter lugar; porque sendo este, como se quer suppor, o que resultou da multas declaradas em a certidão fol. 16. e causa nella expressada; da mesma se manifesta ter o appellante consentido nas ditas multas, recebendo sem protesto algum as meçadas, em que se tinhão descontado: não constando outro sim procederse em fôrma attendivel à denunciação fol. 20. que do dito appellante se deu, nem que contra elle se continuasse procedimento, em que a dita appellação se podesse estabelecer. Mostra-se, que além da desordem ponderada, procedeo o dito Reverendo

Juiç



Juíz a aggravar as censuras até chegar a fixar interdittos, e pôr cessatio à Divinis, suppondo contumacia, e inobediencia em o Reverendo Cabido, quando na realidade a não houve, por haver este posto em a inhibitoria, que se lhe passou, o despacho ordinario, e commum de mandar dar vista ao seu Procurador, o que o mesmo Reverendo Cabido não era obrigado a fazer expedir, reputando-se como Juíz. E posto que pelo despacho fol. 29. verso se concedesse pelo dito Juíz Apostolico os dias mais para se dar cumprimento à dita inhibitoria, como presistio em a mesma pertençaõ de ser o Reverendo Cabido o que devia preparar com a resposta do Procurador, a quem se mandava ouvir, veyo por este modo a incidir em a mesma sem razão, com a qual, sem passar segunda inhibitoria, injustamente formou os referidos procedimentos, e desordem, procedendo por esta fórma de facto, e violentamente, denegando ao recorrente a defeza natural, que lhe competia, e sem constar da sua jurisdicção, bastando o abuso della para ser o caso de Recurso, além de não receber tambem em ambos os effeitos a appellação, que de se proceder contra elle, pelo modo referido, se tinha pelo Reverendo Cabido interposto. O que visto, e a notoria força, que ao recorrente se faz por cada hum dos fundamentos, que ficão ponderados, e a que o dito Senhor he obrigado occorrer, mandaõ se passe Carta ao dito Reverendo Juíz Apostolico, pela qual o mesmo Senhor lhe roga, e encomenda desista da oppressão, que faz ao recorrente, annullando todos os seus procedimentos: e não o fazendo assim (o que delle se não espera) mandaõ às Justiças Seculares, que nesta parte

naõ



não cumprãõ os seus mandados , e sentenças , nem evitem  
ao recorrente , nem lhe levem as penas de excommungado.  
Lisboa Oriental , 5. de Junho de 1734. = Vas  
de Carvalho. = Arouche. = Fui presente = Rego.



## COPIA DOS PAPEIS,

DE QUE SE FAZ MENÇÃO  
NO PROLOGO , E INTRODUÇÃO  
Chronografica.

Num. I.

## GREGORIUS PAPA XIV.

Ad perpetuam rei memoriam.

**D**Ebet Romanus Pontifex in eo potissimum vigila-  
re , ut in Ecclesiis præsertim Cathedralibus , & In-  
signibus , ubi maior populi multitudo convenire solet Di-  
vinus Cultus undequaque augeatur , ac sedulò curare , ut  
ea , quæ præterea ab Antecessoribus Pontificibus piè sta-  
tuta , & ordinata fuerunt firmitè custodiantur , & si  
opus sit novis etiam Constitutionibus , renoventur. Sanè  
sicut Dilectorum filiorum Decani , & Capituli Ulixbo-  
nen. Ecclesiastica insinuatione accepimus , licèt olim in  
Ecclesia prædicta non mediocris existeret præbendarum  
numerus , quia tamèn pauci ex Canonicis ejusdem Eccle-  
siae in ea residebant , ne propter Ministrorum defectum  
Ecclesia debitis obsequiis defraudaretur fel. record. Inno-  
centius IV. & Bonifacius IX. Prædecessores nostri or-  
dinarunt , ut certus præbendarum Canonicalium ejusdem  
Ecclesiae numerus supprimeretur , ac præbendæ ipsæ in

Motus pro-  
prius fa. me.  
Greg. XIV.

Narratur  
hic tenor  
Litterarum  
Innocentii  
IV. & Bo-  
nifacii IX.

X

plures



Relatio di-  
visionis Præ-  
bendarum.

plures portiones dividerentur, & de ipsis portionibus, Presbyteris, Diaconis, & Subdiaconis, qui in dicta Ecclesia personaliter, & sub Divinis Officiis deservirent, aliàs nihil de proventibus præbendarum hujusmodi perciperent provideretur, & quamvis nonnullæ hujusmodi præbendarum in duas, & aliquæ in quatuor portiones, quæ perpetua beneficia in eadem Ecclesia existerent, & singulis Beneficiis hujusmodi successivè personis idoneis provisum fuisse, personæque hujusmodi, quarum illæ, quæ portiones, seu Beneficia præbendarum in duo divisæ mediis Canonici, alii verò, quæ portiones, seu Beneficia præbendarum in quatuor divisarum pro tempore obtinebant, Quartanarii appellantur, per certum tempus in dicta Ecclesia, Missis, & singulis horis Canonicis fideliter servire, & interesse consuevissent; Cùm tamèn à nonnullis annis citrà ipsi mediis Canonici, & Quartanarii deservire minimè curarent, in Divinique cultus diminutionem, & detrimentum, idem Bonifacius Prædecessor Decani, & Capituli prædicti supplicationibus inclinatus, Apostolica auctoritate statuit, & ordinavit, quod omnes, & singuli mediis Canonici Quartanarii pro tunc præsentés, & futuri, illi videlicèt, qui tunc erant, in sacris constituti non forent, intra annum à tempore notificationis litterarum super ordinatione, & statuto Apostolico emanatarum, alii verò, qui in futurum essent infra annum à tempore adeptæ pacificæ possessionis suarum portionum, & Beneficiorum, saltèm ad Subdiaconatus Ordinem promoveri facerent, & in dicta Ecclesia personaliter residere, ac ad instar Bacchalaureorum chori se teneri; ac ipsis & aliis Divi-  
nis



nis Officiis , & Horis Canonicis juxtà modum per dictum Decanum , & Capitulum earundem Litterarum auctoritate ordinandum fideliter servire tenerentur , nisi fortè aliquis eorum ratione studii , aut alia legitima causa de consensu , & licentia dd. Decani , & Capituli absens esset , quo casu alium loco sui in dicta Ecclesia deputarent , voluit idem Bonifacius , ac mandavit hujusmodi statutum , & ordinationem , ac modum deserviendi per ipsos Decanum , & Capitulum , ut præfertur tradendum sub excommunicationis , & privationis Beneficiorum suorum pœnis per quemcumque inobedientem , & contrafacientem ipso facto incurrendis inviolabiliter observare. Deindè verò per piæ mem. Pium II. & Prædecessorem nostrum ex eorum Decani , & Capituli insinuatione accepto , qualiter juxtà earum litterarum facultatem , & sibi concessam auctoritatem Decanus , & Capitulum prædictum inter alia duo edidisse statuta , in quorum primo cavebatur , quod cum Decanus , & Canonici ejusdem Ecclesie Capitulum celebrare vellent , omnes Canonici ad sonum campanæ vocarentur , & Decanus campanæ pulsum ad hoc dare curaret , fieretque Capitulum saltem ter in hebdomada , & si quis ex Canonicis infirmus , aut legitime impeditus esset , ita quod ad Capitulum venire non posset , Decanus , & Capitulum prædictum eadem die illud , quod in Capitulo propositum esset , ei notificare tenerentur ad hoc , ut votum suum dare posset ; & in secundo , quod Capitulum non posset , nec deberet facere remissionem de aliquo debito Ecclesie , sive in pecuniis , sive in quibuscumque consisteret , & si aliter voluerit pro ipsius fortè evidenti utilitate tunc omnes dictæ Ec-

Refertur dispositio facta per Pium II.



Mentio litis  
in Rota.

*clesiæ Beneficiati convocarentur, in aliis verò Capitularibus actibus, sive per Capitulum expediendis, ceteri Beneficiati, sive Canonici non constituti in Sac. Ordinibus minimè vocarentur, nisi fortè ad Consilium esset expediens, & utile evocari, prout jura in talibus observari præcipiebant, dimidii verò Canonici, & Quartanarii tempore quo Capitulum dictæ Ecclesiæ teneretur, seu celebraretur super causis, sive negotiis, exceptis in prædictis casibus Capitularibus, in choro, & Divinis Officiis in prædicta Ecclesia servire deberent, & tenerentur, ne ipsa Ecclesia defectum personarum pateretur, ad quod profectò evitandum eorum beneficia, instituta, & denique Præbendæ diminutæ fuerant, ut præfertur; tamen cum super dd. statutorum, & ordinationum observatione inter Decanum, & Capitulum ex una, & prædictos dimidios Canonicos, & Quartanarios ex altera, nonnullæ litium, & differentiarum quæstiones sub prætextu prærensæ quasi possessionis interessendi in omnibus actibus Capitularibus in Palatii Apostolici Auditorio introductæ fuissent, & demùm ab eis omnes præter duos ex dictis Beneficiatis desitissent, tandèm idem Pius II. & Prædecessor attendens, quod præmissa in dd. litteris contenta ad augmentum Divini cultus, in cujus præjudicium, nec prescriptio, nec aliquis temporis cursus locum sibi vindicare debet facta fuerant, quodque Decano, & Capitulo prædictis licitum erat præfinire, ac statuere modum, juxtà quem prædicti medii Canonici, & Quartanarii in eadem Ecclesia deservire tenebantur, & statuta, ac facultatem ejusdem Decani, & Capituli statuendi,*



tuendi, & ordinandi modum principalem, secundum quem Quartanarii, & dimidii Canonici deservire tenerentur, concessit, & approbavit, ac dimidios Canonicos, & Quartanarios predictos ad observantiam dd. litterarum, & observationem ordinationum per eosdem Decanum, & Capitulum factarum, & faciendarum adstringi, & teneri sub pœnis, & censuris in eisdem litteris contentis decrevit, ut aliàs prout diversis ipsorum Prædecessorum litteris desuper conflatis latius dicitur contineri. Verùm sicut eadem expositio subjungebat quamvis Portio-

Partionarii non inferviunt per se ipsos, sed per Capellanos mercede conductos.

narii, seu dimidii Canonici, & Quartanarii, seu Beneficiati hujusmodi; quorum portiones, & beneficia hujusmodi ad hoc instituta fuerunt, ut defectum Canonico-  
 rum in divinis &c. servitium supplerent eidem Ecclesie in Choro, & Altari, ac aliis divinis Officiis, juxta formam statutorum, & litterarum predictarum deservire tenerentur, ac deberent; tamèn servitium, & ministerium illi sic injunctum sensim detrectare procurarent, & procurabant, singulisque actibus, & negotiis Capitularibus unà cum Canonicis ipsis interesse præsumant, ideò fit, ut horæ canonicæ, & etiam missæ, quæ tertiæ nuncupantur, dum negotia in dicto Capitulo pertractantur per quosdam Capellanos mercede conductos, non autem per eosdem Beneficiatos de choro in detrimentum, & non modicam Divini cultus diminutionem in dicta Ecclesia, quæ Metropolitana, & alioquin insignis existit, fidelisque populi ad eandem devotionis, ac divinorum audiendorum causa confluentis, scandalum, & offensionem, quarè fuit à nobis humiliter supplicatum, ut præmissis consulere, & opportuno remedio providere digna-



Hic sermo  
habetur de  
consuetudi-  
ne aliarum  
Cathedra-  
lium Portu-  
galliz.

Mentio li-  
tis.

Papa Motu  
proprio, &  
ex certa sci-  
entia dispo-  
nit.

dignaremur. Nos igitur, qui ipsum divinum cultum augeri, & auctum manuteneri, ac debitum singulis Ecclesiis decorem servari syncerè desideramus affectibus attendentes, etiam quod in aliis Cathedralibus, & Metropolitanis Ecclesiis Regni Portugalliz, in quo ista Ecclesia Ulixbonen. existit Portionarii, seu Beneficiati vocem in Capitulo habere minimè consueverunt, cupientes, ut divina Officia hujusmodi in prædicta Ecclesia Ulixbonensi, ea, quæ pro loci dignitate consuevit, decencia, cum ipsius populi consolatione, ac salute peragantur ac alias in præmissis per nos in Pastoralis Officio providere, omnemque litis, & cause, si quæ jam sit, statum, & merita ipsarum Partium, jura, & prætensiones, litterarum prædictarum tenores, aliaque omnia, & singula hîc de necessitate, vel alias quomodolibet exprimenda cum omnibus indè secutis, ac si de verbo ad verbum insererentur pro expressis habentes, ac dictum Decanum, & Capitulum, ac eorum singulos à quibusvis excommunicationis, suspensionis, & interdicti, aliisque sententiis, censuris, & pænis à jure, vel ab homine quavis auctoritate, vel causa latis, si quibus quomodolibet inmodati existant ad effectum præsentium dumtaxat consequendum, harum serie absolventes, & absolutos forè censentes motu proprio, & ex certa scientia nostræ, ac de Apostolicæ potestatis plenitudine, firmitatis robur adjicimus, suppletes omnes, & singulos tam Juris, quàm Facti, ac solemnitatum de Jure, usu, vel consuetudine, aut de stylo requisitarum, & aliàs quomodolibet necessarios, ac quoscumque alios  
etiam



etiam quantumvis substantialia defectus, si qui in præmissis, & indè secutis, vel quocumque illorum quomodolibet intervenirent, & nihilominus pro potiori cautela eorundem præsentium tenore, statuimus, & ordinamus, quod Portionarii, & Beneficiati prædicti, medii Canonici, & Quartanarii nuncupati vocem in Capitulo propriæ Ecclesiæ Ulixbonen. minimè habeant, nec ad tractatus quoscumque inibi faciendos, seu habendos, nisi juxtà earundem Constitutionum tenorem vocentur, nec haberi, aut vocari ullo unquam tempore possint, seu debeantur, sed Missæ de tertia, aliisque Divinis Officiis, atque horis prædictis, dum negotia Capitularia per illius Decanum, & Canonicos prædictos pro tempore tractabuntur, intersint, eaque celebrare, & decantare juxtà foundationem, & Institutionem portionum, ac beneficiorum prædictorum modum, & formam ad hoc eis per prædictum Decanum, & Capitulum juxtà dictarum litterarum tenorem præscribendum sub Excommunicationis maioris, & privationis Portionum, & Beneficiorum suorum, aliisque pænis juxtà prædictarum litterarum tenorem infligendis, & per controvencientes eo ipso incurrendis omninò teneantur, & ad id per Decanum, & Capitulum prædictos viis, modis, & remediis necessariis, & opportunis omni appellatione & reclamatione penitè cessante, & remota cogi, & compelli possit, decernentes præsentibus litteras nullo unquam tempore de subreptionis, obreptionis, ac nullitatis vitio, aut intentionis nostræ, aut quovis alio defectu, etiam ex eo, quod prædicti interesse habentes ad hoc vocati non fuerint notari,

Papa mandat, ut medii Canonici, & Quartanarii non habeant vocem in Capitulo.

Clausula sub & obreptionem tollens.



notari, vel impugnari, aut retardari, aut in controversiam deduci, seu ad terminos Juris reduci, aut adversus eas quodcumque Juris, vel facti remedium impetrari posset, sed semper validas, & efficaces existere, suosque plenarios, & integros effectus sortiri, & obtinere, & per Portionarios, & Beneficiatos prædictos etiam sub sententiis, censuris, & pœnis prædictis inviolabiliter observari debere, nec Portionarios ipsos contra eas etiam sub cujuscumque consuetudinis, seu alio quovis prætextu venire, & exercere posse, sicque, & non aliter per quoscumque Judices ordinarios, & Commissarios, & causarum Palatii Apostolici Auditores, & Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinales, & Legatos, etiam de Latere sublatâ eis, & eorum cuilibet quavis aliter judicandi, & interpretandi facultate judicari, & definiiri debere, irritum quoque, & inane, si secus super his à quocumque quavis authoritate, scienter, vel ignoranter contigerit attentari; Quo circa Ven. Fratri Archiepiscopo Ulixbonen. & dilecto filio causarum Camere Apostol. Auditori Gen. per Apostolica scripta mandamus, quatenus ipsi, vel duo, aut unus eorum per se, vel alium, seu alios presentes litteras, & in eis contenta quæcumque ubi, & quandò opus fuerit, ac quotiès per partem Decani, & Capituli fuerint requisiti solemniter publicantes, eisque in præmissis efficacis defensionis præsidio assistentes faciant auctoritate nostra presentes litteras, & in eis contenta hujusmodi firmiter observare, contradictores quoslibet, & rebelles per sententias, & pœnas, ac Censuras, quas etiam iteratis vicibus aggra-

Tollitur  
quæcumque  
contraria  
consuetu-  
do.

Clausula sub-  
blata cum  
decreto ir-  
ritante.

Bulla exe-  
cutorialis.



aggravando ; invocato etiam si opus fuerit auxilio Bra-  
 chii Secularis , non obstante Bonifacii Papæ VIII.  
 Prædecessoris nostri Constitutione , qua cavetur , ne quis  
 extrâ suam Civitatem , & Diœcesim , nisi in certis , &  
 expressis casibus , & in illis ultrâ unam diœtam à fine  
 Diœcesis ad iudicium evocetur , seu nè Judices à Sede  
 Apostolica deputatos contrâ quoscumque procedere , aut  
 alii , vel aliis vices suas concedere præsumant , aliisque  
 Apostolicis , & in Provincialibus , Synodalibusque Con-  
 ciliis æditis specialibus , vel generalibus Constitutionibus ,  
 & Ordinationibus , ac quibusvis aliis de Ecclesia Vlix-  
 bonen. contrariis statutis , & consuetudinibus etiam  
 immemorabilibus Conciliis , transactione etiam Jura-  
 mento , confirmatione Apostolica , vel quavis alia firmi-  
 tate roboratis , Privilegiis quoque Indultis , & Litteris  
 Apostolicis , Beneficiatis , seu Portionariis prædictis , ac  
 quibusvis aliis personis sub quibuscumque tenoribus , &  
 formis , ac cum quibusvis etiam derogatariarum deroga-  
 toriis , aliisque efficacioribus , & insolitis clausulis , nec  
 non irritantibus , & aliis decretis in genere , vel in  
 specie , etiam motu proprio , & ex certa scientia , &  
 aliàs quomodolibet concessis , approbatis , & innovatis ,  
 quibus omnibus etiam si de illis , eorumque totis tenori-  
 bus , specialis , specifica , & expressa , ac de verbo ad  
 verbum , non autem per clausulas generales idem impor-  
 tantes mentio , seu quævis alia expressio habenda , aut  
 aliqua alia exquisita forma servanda foret tenoris hu-  
 jusmodi , ac si de verbo ad verbum , & forma in illis  
 tradita servanda forent inserta præsentibus pro expressis  
 habentes , illis aliàs in suo robore mansuris hac vice

Derogatio  
 statutorum,  
 & consuetu-  
 dinum etiam  
 immemora-  
 bilium.



dumtaxat, & quæ ad hunc effectum specialiter, & expressè derogamus, aut si Beneficiatis, aut Portionariis prædictis, seu quibusvis aliis communiter, vel divisim, ab eadem sit Sede Indultum, quod interdici, suspendi, vel excommunicari non possint per Litteras Apostolicas, non facientes plenam, & expressam, ac de verbo ad verbum de Indulto hujusmodi mentionem, cæterisque contrariis quibuscumque.

Datum Romæ apud S. Petrum sub Annulo Piscatoris die 29. Augusti Pontificatus nostri anno primo.

M. Vestrius Barbianus.

## Num. II.

# CLEMENS PAPA VIII.

Ad perpetuam rei memoriam.

Motus proprius scilicet Clementis VIII. **O**fficii nostri ratio Pastoralis exposcit, ut statuta Romanorum Pontificum Prædecessorum nostrorum Cultus Divini augmentum concernentia, non solum ab omnibus inviolabiliter servari, sed etiam sublatis ambiguitatibus, & litium anfractibus pacem, & quietem inter Dei Ministros conservari, servato Juris tramite providere debeamus, aliàs siquidem sicut accepimus per fel. rec. Gregorium Papam XIV. Prædecessorem nostrum ex dilectorum filiorum Decani, & Capituli Ecclesie Ulixbonen. insinuatione, accepto quod licet olim in Ecclesia prædicta non mediocris existeret præbendarum numerus,



merus, quia tamen pauci ex Canonicis d. Ecclesie in ea residebant, & in Divinis Officiis deservirent, alias nihil de Proventibus prebendarum hujusmodi perciperent provideretur, & quamvis nonnullae hujusmodi prebendarum in duas, & aliquae hujusmodi in quatuor partes, quae perpetua Beneficia in eadem Ecclesia existerent divisae, & de singulis Beneficiis hujusmodi in quatuor partes, quae perpetua Beneficia in eadem Ecclesia existerent divisae, & de singulis Beneficiis inquam hujusmodi successivè personis idoneis provisum fuisset, personaeque hujusmodi successivè, quarum illae, quae Portiones, seu Beneficia prebendarum in duas medii Canonici, alii verò, quae Portiones, Beneficia prebendarum in quatuor Portiones divisarum pro tempore existerent, Quartanarii appellantur per certum tempus in dicta Ecclesia Missis, & singulis Horis Canonicis fideliter servire, & interesse consuevissent. Cum tamen à nonnullis annis citrà ipsi medii Canonici, & Quartanarii deservire minimè curarent in Divini Cultus diminutionem, & detrimentum. Idem Pontifex Praedecessor, Decani, & Capituli praedictorum supplicationibus inclinatus Apostolica auctoritate statuerat, & determinaverat, quod omnes & singuli medii Canonici, & Quartanarii praedicti tunc, & praesentes, & futuri, illi videlicet, qui tunc erant, in Sacris Ordinibus constituti non forent infrà annum à tempore notificationis Litterarum super Ordinatione, & statuto earundem litterarum praedictis emantatarum, alii vero, qui in futurum essent infrà annum à die adeptae pacificae possessionis suarum Portionum, ac Beneficiorum se saltem ad Subdiaconatus Ordinem pro-

Refertur  
dispositio  
Gregorii  
XIV.



moveri facerent, & in dicta Ecclesia personalitè residere & ad instar Baccalaureorum Chori se teneri, ac in Missis, & aliis Divinis Officiis, & Horis Canonicis juxtà modum per d. Decanum, & Capitulum earumdem Litterarum auctoritate ordinandum fideliter servire teneretur, nisi fortè aliquis eorum ratione studii, aut alia legitima causa de consensu, & licentia dictorum Decani, & Capituli absens esset, quo casu alium loco sui in dicta Ecclesia deputaret, volueratque idem Pontifex, atque mandaverat hujusmodi statutum, & ordinationem, ac modum deserviendi per ipsos Decanum, & Capitulum sic tradendum, sub Excommunicationis, & privationum Beneficiorum suorum penès per quemcumque inobedientem, & contradicentem ipso facto incurrisse irrevocabilitè. Deindè verò Pius Papa II. & Prædecessor noster ex eorundem Decani, & Capituli insinuatione, accepto quod licet juxtà earumdem Litterarum facultatem, & sibi concessam auctoritatem Decanus, & Capitulum prædicti inter alia duo edidisset statuta, in quorum principio cavebatur, quod cum Decanus, & Capitulum prædictæ Ecclesiæ, Capitulum celebrare vellent, omnes Canonici ad sonum Campanæ vocarentur, & Decanus Campanæ pulsum ad hoc dare curaret, fieretque Capitulum saltem ter in hebdomada, & si quis ex Canonicis infirmus, aut aliter legitime impeditus esset, itaque ad Capitulum venire non posset, Decanus, & Capitulum prædicti eadem die illud, quod in Capitulo propositum esset, ei notificare tenerentur, ad hoc, ut Votum suum dare posset, & in secundo, quod Capitulum non posset, nec deberet facere remissionem de aliquo

Pœnæ contra non observantes statutum Capituli.

Refertur dispositio Pii II.

Duo statuta Capituli.

aliquo



aliquo debito Ecclesiastico, sive in pecuniis, sive in quibuscumque aliis consisteret, etsi aliter vellet pro ipsius fortè Ecclesiæ evidenti utilitate, tunc omnes d. Ecclesiæ Beneficiati convocarentur, in aliis verò Capitularib. actib. sive per Capit. expediendis cæteri Beneficiati, seu Canonici non constituti in Sacris Ordinibus non convocarentur, nisi fortè ad Consilium esset expediens, & utile evocari, prout Jura in talibus præcipiebant, dimidii verò Canonici, & Quartanarii tempore, quo Capitulum dictæ Ecclesiæ teneretur, seu celebraretur, sive pro causis, sive negotiis, exceptis in prædictis casibus, Capitularibus in Choro, & Divinis Officiis in prædicta Ecclesia inservire debere, & tenerentur, ne ipsa Ecclesia defectum Personarum pateretur, ad quod profectò evitandum eorum Beneficia instituta, eademque Præbendæ diminutæ fuerant, ut præfertur: tamen cum super ipsorum Statutorum, & Ordinationum observatione inter Decanum, & Capitulum ex una, & prædictos Dimidios Canonicos, & Quartanarios, ex altera partibus nonnullæ lites, & differentiarum quæstiones sub prætextu prætensæ quasi possessionis interessendi in omnibus actibus Capitularibus in Palatii Apostolici Auditorio introductæ fuissent, & demùm ab ea omnes præter duos ex istis Beneficiatis destitissent; tandem idem Pius Secundus Prædecessor attendens, quod præmissa in dictis contenta ad augmentum Divini Cultus, in cujus præjudicium, nec præscriptio, nec aliquis temporis cursus locum sibi vindicare debebat, facta fuerant quodque Decano, & Capitulo prædictis licitum erat præfinire, & statuere modum, quo prædicti Medii Canonici,

Portionarii  
excl. si à  
Capitulo  
præter ca-  
sum remis-  
sionis debi-  
ti.

Mentio spe-  
cifica litis in  
Rota.



ci, & Quartanarii in eadem Ecclesia inservire tenebantur eadem statuta, & facultatem eisdem Decano, & Capitulo statuendi, & ordinandi modum, secundum quem prædicti Quartanarii, & dimidii Canonici servire tenerentur concessa approbaverat, ac dimidios Canonicos, & Quartanarios prædictos ad observationem dd. litterarum, ac etiam observationem ordinationum per eosdem Decanum, & Capitulum factam, & facien. adstringi, & teneri sub pænis, & censuris in eisdem litteris contentis decreverat, & aliter prout in diversis ipsorum Prædecessorum litteris desuper confectis plenius dicebatur contineri: Verum quamvis Portionarii, seu dimidii Canonici, & Quartanarii, seu Beneficiati prædicti, quorum portiones, & Beneficia hujusmodi ad hæc instituta fuerant, ut defectum Canonorum in Divinis servientium suppleret, eidem Ecclesiæ in Choro, & Altari Divinis Officiis juxta formam Statutorum, ac Litterarum prædictarum deservire tenerentur, & deberent, servitium, ac Ministerium illis, sic impositum sensim detrectare procurabant, singulis actibus, & negotiis Capitularibus, unâ cum Canonicis prædictis interesse præsumebant, ideoque fiebat, ut horæ Canonice, & Missa, quæ Tertia nuncupatur, dum negocia in dicto Capitulo prætractantur per quosdam Capellanos mercede conductos, non autem per eosdem Beneficiatos de Choro dicerentur in non modicam Divini Cultus diminutionem, in prædicta Ecclesia, quæ Metropolitana, & alioquin Insignis existit, fidelisque Populi ad eandem devotionis, ac Divinorum audientium causâ confluentis scandalum, & offensionem dictus

Portiones  
cûr institu-  
ta.

Medii Ca-  
nonici, &  
Quartanarii  
faciebant  
suppleri ser-  
vitium per  
Capellanos  
mercede  
conductos.



dictus Gregorius Prædecessor attendens, & quod in aliis Cathedralibus, & Metropolitanis Ecclesiis Regni Portugalliae, in quo ipsa Ecclesia Ulixbonen. consistit, Portionariis, seu Beneficiatis Vocem in Capitulo habere minimè consueverunt, cupiensque, ut hujusmodi Divina Officia in prædicta Ecclesia Ulixbonen. eâ, quæ præ loci Dignitate conveniebat, decentiâ cum ipsius Populi consolatione, & salute peragerentur providere statum litis, & cætera, si quæ essent præ expressis habendo motu proprio, & ex certa scientia, ac de Apostolicæ potestatis plenitudine, statutum, ordinationem, & decretum desuperque confectum, litterasque hujusmodi, & in eis contenta quæcumque cum omnibus, & singulis indè secutis, & sequendis Auctoritate Apostolica, perpetuò approbavit, & confirmavit, ac illa quatenus opus esset innovavit, & de novo concessit, illisque perpetuæ, & inviolabilis Apostolicæ firmitatis robur adiecit, supplens omnes, & singulos, tam Juris, quàm facti, ac solemnitatum de Jure, & usu, & consuetudine, aut de Stylo requisitarum, & aliter qualitercumque necessarios, & quoscumque alios etiam quantumvis substantialis defectus, si qui in præmissis, & indè secutis, seu quæcumque illorum quomodolibet intervenisse, & nihilominus pro potiori cautela statuit, & ordinavit, quod Portionarii, & Beneficiati prædicti, medii Canonici, & Quartanarii nuncupati vocem in Capitulo prædictæ Ecclesiæ Ulixbonen. minimè haberent, neque ad tractatus quoscumque inibi faciendos, seu habendos, nisi juxta earundem Constitutionum tenorem vocarentur, nec haberi, aut vocari ullo unquam tempore

Narratur quod Gregorius XIV. statuerat medios Canonicos, & Quartanarios non habere vocem in Capitulo



pore possent, seu deberent, sed Missæ de Tertia, aliisque Divinis Officiis, atque horis prædictis, dum negotia Capituli per illius Decanum, & Capitulum, seu Canonicos prædictos prò tempore tractarentur intervenire, eaque celebrare, & decantare juxtà foundationem, & Institutionem Portionum, & Beneficiorum suorum prædictorum, modumque, & formam ad hoc eis per Decanum, & Capitulum juxtà dd. Litterarum tenorem præscriben. sub pænis, ut præfertur infligendis, & per contravenientes eo ipso incurrendis omninò teneantur, & ad id per Decanum, & Capitulum prædictos omnibus Juris viis, modis, & remediis necessariis, & opportunis, omni appellatione, & reclamatione penitus cessante, & remotâ cogi, & compelli posset, decernens litteras tunc desuper confectas nullo unquam tempore de subreptionis, vel obreptionis, aut nullitatis vitio, seu intentionis suæ, vel quopiam alio defectu, etiam ex eo, quod prædicti Interesse habentes ad hoc vocati non fuissent notari, vel impugnari, aut retractari, seu in controversiam deduci, aut ad terminos Juris deduci, aut adversùs eos quodcumque Juris, vel facti remedium impetrari posse, sed semper validos, & efficaces existere, suosque plenarios effectus sortiri, & obtinere, ac per Portionarios, & Beneficiatos prædictos sub sententiis, censuris, & pænis prædictis inviolabiliter observari debere, neque Portionarios ipsos contrà eas etiam sub cujusvis consuetudinis, seu alio quovis prætextu venire, & excipere posse, sicque, & non aliter per quoscumque Judices Commissarios, & Ordinarios etiam Causarum Palatii Apostolici Auditores, & Sanctæ

Clausula tollens subreptionem, que refertur apposta in Litteris Gregorii.

Aliæ clausulæ de quibus similiter in Litteris Gregorii.



Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinales , & Legatos etiam de Latere , sublata eis quavis aliter judicandi , & interpretandi facultate judicari , & definiri debere , ac irritum si secus super his à quoquam quavis auctoritate scienter , vel ignoranter contigerit attentari , prout in Litteris Apostolicis desuper in forma Brevis expeditis plenius continetur. Quas quidem Litteras Ven. Fr. Archiepiscopus Ulixbonen. Executor demandari volens illas ad. mediis , & Quartanariis , & Beneficiatis , tam in Capitulo , quam extra illud intimari fecit , quorum aliqui per appellationem ad Sedem Apostolicam se illarum executioni opposuerunt , à qua nonnulli destiterunt , ex quibus tantum duo , vel tres appellationi institerunt , quam idem Archiepiscopus admittere recusavit , easdemque litteras executioni plenarie demandans , prout in Processibus , & Institutis desuper confectis etiam plenius continetur. Nos igitur attendentes præmissa in augmentum Cultus Divini , & servitii in dicta Ecclesia , illiusque Ministrorum quietem , & aliorum Spiritualem consolationem tendere , cupiensque , ut illa sine alia cujuscumque molestia , vel contradictione observentur ; ac Litterarum Gregorii Prædecessoris , aliorumque præmissorum , & inde secutorum , hic etiam de necessitate , seu aliàs quomodocumque exprimen. tenorem , & circumstantias , causasque , & occasiones , ac si de verbo ad verbum insererentur , præsentibus præ expressis , & insertis haben. motu proprio , non ad Decani , & Capituli prædictorum , aut alias pro eis nobis desuper oblatæ petitionis Instantiam , sed ex mera deliberatione , & ex certa scientia nostræ , deque Apostolicæ

Dispositio  
Clementis  
VIII.

Clausulæ  
Motu proprio , & ex  
certa scientia.



tolicæ potestatis plenitudine *statutum*, *ordinationem*  
 & *decretum* illiusque *confirmationem*, & *approbationem*,  
*novamque concessionem roboris adiectionem*, defectuum  
*suppletionem*, & *decretum* etiam irritans Gregorii  
 XIV. & *desuper confectas litteras* hujusmodi, ac om-  
 nia, & *singula in eis contenta*, & *indè secuta quæ-*  
*cumque auctoritate Apostolica tenore præsentium per-*  
*petuò approbamus*, & *confirmamus*, ac etiam in-  
 novamus, & *de novo concedimus*, illisque *perpe-*  
*tua*, & *inviolabilis firmitatis Apostolicæ*, *robur adji-*  
*cimur*, ac omnes, & *singulos etiam tam Juris,*  
*quàm facti*, & *alios quoscumque quantumvis sub-*  
*stantiales defectus*, *si qui intervenerint in eisdem sup-*  
*plemus decernentes præsentis* ullo unquam tempore etiam  
 ex eo, quod *Portianarii*, & *Beneficiati prædicti*, &  
*alii quicumque Interesse quomodolibet habentes*, seu *putan-*  
*tes*, ad hoc *vocati non fuerint*, aut ex quovis alio *capite*,  
 vel *prætextu* de *subreptionis*, vel *obreptionis*,  
 aut *nullitatis vitio*, seu *intentionis nostræ*, vel alio  
 quopiam defectu *notari*, vel *impugnari*, seu *retra-*  
*ctari*, seu in *Jus per controversiam vocari* ad ter-  
 minos *Juris* *reduci*, aut *adversùs eos*, quodcumque  
*Juris*, vel *facti remedium*, seu *gratiam impetrari*  
*posse*, *sed semper validas*, & *efficaces existere*, suosque  
*plenarios effectus sortiri*, & *obtinere*, ac per *Portiona-*  
*rios*, & *Beneficiatos prædictos*, aliosque ad quos *spe-*  
*ctat*, & *spectabit prò tempore*, & *juxtà statutum*, &  
*ordinationem prædictam*, ac *sub sententiis*, *cenfuris*,  
 & *penis in illis*, ac *litteris prædictis contentis*, &  
*comminatis inviolabiliter observari debere*, neque Por-  
 tionarios

Suppletio  
defectuum.

Clausula  
tollens sub-  
reptionem.

Derogatio  
cujuscum-  
que consue-  
tudinis.



tionarios prædictos contrà eas etiam sub cujusvis consuetudinis , etiam omnium rationabilis sub alio quovis prætextu venire , & excipere posse , sicque , & non aliàs per quoscumque Judices Ordinarios , & Commissarios , & Causarum Palatii Apostolici Auditores , Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinales etiam de latere Legatos , sublata eis , & eorum cuilibet , quavis aliter impetrandi , & judicandi facultate , & auctoritate judicari , & definiri , quavis causa , & Instantia debere , ac irritum quoque , & inane quidquid secùs super his à quoquam , quavis auctoritate , scienter , vel ignoranter contigerit attractari , & nihilominùs causam , & quascumque causas , si quæ forsan super præmissis , aut occasione illarum ubicumque , & in quavis Instantia motæ sint illarum status , & merita , ac Partium Jura , & prætensiones , nomina , & cognomina præsentis pro expressis habentes cum omnibus suis incident. emergen. annexis , & connexis ad nos harum serie avocamus , illosque , ac litem hujusmodi penitùs extinguimus , nec non Beneficiatis prædictis , omnibusque , & singulis aliis interesse habentibus , perpetuum silentium desuper imponimus districtius inbibemus , ac interdiciamus quibusvis Judicibus , & personis , ne in aliqua causa , seu causis super his ad Instantiam prædictorum Beneficiorum , & Portionariorum , vel aliorum quemquam audire , aut de illarum meritis aliter cognoscere vel alias quomodolibet se intromittere , seu immiscere quoquo modo audeant , vel præsumant , quo circa eidem , & prò tempore existenti Archiepiscopo Ulixbonen. ac Ven. etiam Fratribus

Clausula  
sublata cum  
Decreto ir-  
ritante.

Mentio li-  
tis, avocatio  
causæ, ex-  
tinctio ejus-  
dem litis, &  
impositio  
perpetui si-  
lentii.

Bulla exe-  
cutoria.



Colimbricen. & Leyrien. Episcopis per presentes committimus, & mandamus, quatenus ipsi vel duo, aut unus, eorum quoties pro parte Decani, & Capituli predictorum fuerint requisiti presentes hujusmodi, ac in eis contenta quaecumque solemniter publicare, eisque in premissis efficacis defensionis presidio assistentes faciant premissa omnia, quibus id competit inviolabiliter observari, non permittentes Decanum, & Capitulum predictos super his à quoquam quavis auctoritate quomodolibet indebitè molestari, contradictores quoscumque, & inobedientes per Sententias, censuras, & penas Ecclesiasticas appellatione postposita coercendo, ipsasque Sententias, censuras, & penas aggravando, & reaggravando, invocato ad hoc si opus fuerit brachii Secularis auxilio. Nos enim illis, & eorum cuilibet citandi, & inhibendi, quos, quibus, & quoties opus fuerit, aliaque circa premissa necessaria, & opportuna faciendo plenariam auctoritatem, auctoritate predicta tribuimus potestatem, non obstantibus premissis, ac quibusvis Apostolicis, nec non etiam in Provincialibus, & Synodalibus Consiliis editis specialibus, vel generalibus Constitutionibus, & ordinationibus, ac etiam predictis, & aliis dictae Ecclesiae Ulixbonen. etiam Juramento, confirmatione Apostolica, vel quavis firmitate alia roboratis statutis, & consuetudinibus etiam immemorabilibus, ac concordis, Sententiis in integrum restitutionibus, & transactionibus, Privilegiis, quoque Indultis, & Litteris Apostolicis, etiam Portionariis, & Beneficiatis predictis, ac quibusvis aliis Personis sub quibuscumque tenoribus, & formis, & Clausulis irritantibus,

Clausulae  
non obstantiarum.

Papa derogat consuetudinibus immemorabilibus Sententiis, & Statutis &c.



tantibus, & decretis in genere, & in specie in contrarium quomodolibet concessis, confirmatis, & approbatis, quibus omnibus etiam si de illis, illorumque totis tenoribus specialis, & expressa, non autem per Clausulas generales mentio habenda foret, illis alias in suo robore permansuris hac vice dumtaxat latissimè specialitèr, & expressè derogamus, ac derogatum esse volumus, & decernimus, cæterisque contrariis quibuscumque.

Datum Romæ in Monte Quirinali die 10. mensis Junii Anno 1592. Pontificatus nostri Anno 1.

M. Vestrius Barbianus.

### Num. III.

**F**RANCISCUS SACRATUS JURIS UTRIUSQUE DOCTOR SANCTISSIMI DOMINI NOSTRI PAPÆ CAPELLANUS, & IPSIUS SAC. PALATII APOSTOLICI CAUSARUM, CAUSAQUE, & CAUSIS, ac PARTIBUS INFRASCRIPTIIS AB EODEM D. N. PAPA AUDITOR, JUDEX, & COMMISSARIUS SPECIALITÈR DEPUTATUS; UNIVERSIS, & SINGULIS DD. ABBATIBUS, PRIORIBUS, PRÆPOSITIS, DECANIS, ARCHIDIACONIS, SCHOLASTICIS, CANTORIBUS, THESAURARIIS, SUCCENTORIBUS, SACRISTIS TAM CATHEDRALIUM, & METROPOLITANARUM, QUAM COLLEGIATARUM CANONICIS, PAROCHIALIUMQUE ECCLESiarUM RECTORIBUS, SEU LOCUMENTENTIBUS EORUM, PLEBANIS, VICE-PLEBANIS, CURATIS, & NON CURATIS, VICARIIS PERPETUIS, ALTARISTIS, CÆTERISQUE PRESBYTERIS, CLERICIS, NOTARIIS, & TABELLIONIBUS PUBLICIS QUIBUSCUMQUE PER CIVITATEM, & DIOECESIM ULIXBON. ac aliàs ubilibet constitutis, illisque, vel illis, ad quem

vel

Litteræ executoriales Rotaless exped. cor. R. P. D. Sacrato in quibus ultra duos Motus proprios Gregorii, & Clementis sunt insertæ omnes sequentes tres Commissiones.



vel ad quos præsentēs nostræ Litteræ pervenerint salutem in Domino, & nostris hujusmodi, immò veriùs Apostolicis firmitè obedire mandatis; Noveritis quod nupèr Sanctissimus in Christo Pater, & D. N. D. Clemens Divina Providentia Papa Octavus quamdam Commissionis, seu Supplicationis Papi Schedulam habentem in ejus capite, & initio Copias duarum Litterarum Motus proprii, nec non, & duarum Commissionum insertas Nobis per unum ex suis Cursoribus præsentari fecit hujusmodi sub tenore videlicèt.

Sequuntur duo Motus proprii Gregorii, & Clementis, qui fuerunt immediatè suprà in hoc Summario registrati, proptereaquè eorum tenor hìc omittitur.

## PATER SANCTE.

Commissio, quæ proposita fuit in Signatura Gratiæ sub die 11. Martii 1595. ad instantiam Adversariorum, & Sanctissimus illam rejecit, nec signare voluit.

**L**icèt ad suggestionem Decani, & Capituli Ulixbonen. emanaverint à felic. recordationis Gregorio XIV. & deindè à S. V. præinsertæ in præjudicium S. V. Oratorum Canonorum Dimidiorum, & Quartanariorum nuncupatorum in Ecclesia Ulixbonen. institut. quos duriori residentia, ac horis Divinis interessentia adstringi, & voce Capitulari illis, ac cæteris Canonicis competen. dicti Decani, & Capitulum indebitè privare conati sunt, quia tamen multa in illis supplicata, & suggesta fuere, quæ veritate carent, & alia extent, quæ si expressa fuissent, utique præinsertas omnibus non citatis minimè obtinuisent, & ultra præinsertis obstat regula de non solvendo Jure quæsito, & justum non est, ut Causa non cognita, & cum falsis suggestionibus Oratores priventur Ju-  
re



re sibi competenti, prout modernus Archiepiscopus Ulyx-  
 bonen. tanquam Executor præinsertarum fecit, undè me-  
 ritò ab illius Processu fuit per dd. Oratores ad S. V.  
 appellatum, & provocatum propterea dicti Oratores re-  
 currunt ad S. V. eidem exponendo veritate carere, quod  
 Innocentius IV. aliquid contra Oratores statuisset, & li-  
 cèt Bonifacius IX. Motus narrativa Decani, & Ca-  
 pit. mandaverit Orat. residere, & horis Divinis Inte-  
 resse, dum Capitula fierent, ut in præinsertis dicitur, ta-  
 men ejus mandatum non habuit effectum uti subreptitium,  
 quippe narrativa Decani, & Capituli falsa existente,  
 prout effectus docuit, nam mota antiquitùs Lite in Ro-  
 ta occasione Litterarum Bonifacii per Decanum, & Ca-  
 nonicos Adversarios, Oratores reportarunt Sententias fa-  
 vorabiles in spolio, reintegrando eos ad suam possessio-  
 nem, qua adversùs illos privare intenderat, in qua pos-  
 teà per centum & triginta annos pacificè permanserunt,  
 prout Litteræ Pii Secundi Exadversò obtentæ lite pen-  
 dente non obstiterunt uti laborantes eisdem subreptionibus,  
 & quia cum Clausula sinè præjudicio Litis pendentis  
 emanarunt, undè Rota illis non obstantibus alteram Sen-  
 tentiam primæ confirmatoriam tulit ad Oratorum favo-  
 rem, quæ demùm executioni demandata fuit, quia præ-  
 dicti Adversarii tertiam Instantiam prosequi noluerunt,  
 prout ex prædictis Sententiis videre est, ad quas relatio  
 habeatur, quibus stantibus, utique felicitis recordationis  
 Gregorius Papa XIV. & S. V. præinsertas denegaf-  
 sent, si, & quatenùs scivissent Litteras prædictorum  
 Bonifacii, & Pii nequaquam substitisse, quinimò peni-  
 tùs Oratores illis non obstan. Sententias Rotaes in favo-  
 rem



Adversarii  
fatentur hic  
desistentiam  
ab appella-  
tione alias  
interposita.

rem reportasse, & in sua vera, & Juridica possessione per centum triginta annos permansisse, rursus veritate caruit tres tantum ex omnibus contra dixisse Præceptis Archiepiscopi Ulixbonen. prædicti Gregorii Litteras exequentis, cum omnes dimidii Canonici, & Quartanarii appellaverint, quod si aliqui postea motu Censurarum, & privatione Beneficiorum territi finxerint acquiescere, constat tamen de eorum reclamatione, & pro Juramento legitime per eos dato ad hujusmodi causæ prosecutionem; In casu præsentis cessat quoque scandalum narratum ob interessentiam Oratorum in Capitulis, quia nullum adest, cum tam Oratores, quam Adversarii per Statuta dictæ Ecclesiæ æqualiter ad servitium Chori, & Altaris obligentur, & insuper cessat defectus Cultus Divini, tum quia sunt deputati decem Baccalaurei cum uno Succentore, qui omnes de communi Mensa aluntur, & Horis diurnis, dum Capitula fiunt, intersunt, tum quia Congregatio Cæremoniarum declaravit Capitula debere fieri finitis horis; His igitur deductis, & aliis suo loco deducere, cum per præinsertas Litteras inferatur omnibus, & eorum Beneficiis perpetuum præjudicium, & imponatur onus, quod nunquam haberunt, supplicat humiliter S. V. quatenus prævia avocatione causæ ab Archiepiscopo Ulixbonen. seu alio quocumque iudice ad executionem præinsertarum, nec non apposita Oris aperitione Causam, & Causas appellationis, & appellationum per Oratores, ut supra interpositarum; Necnon quam, & quas habent, & movent; habereque, & movere volunt, & intendunt de, & super subreptione, & defectu intentionis, nec non nullitate,

¶



& invaliditate præinsertarum, ac Jure votandi, resi-  
 dendi, horis Canonicis interessendi, & abessendi, re-  
 busque aliis in possessorio, & petitorio contra dd. Deca-  
 num, & Canonicos Ulixbonen. unà cum omnibus, & sin-  
 gulis inciden., dependen., emergen., annexis, & conne-  
 xis, ac summarie, prout in Beneficialibus, audien., co-  
 gnoscen., fineque debito terminan. apud Franciscum Man-  
 tica Rotæ Auditorem, coràm quo alia Causa intèr eas-  
 dem Partes super denominatione Oratorum pendet inde-  
 cisa committere, & mandare dignetur cùm potestate di-  
 ctos Decanum, Canonicos, & Capitulum, omnesque alios  
 citandi etiam per Edictum, illisque, ac dd. Archiepisco-  
 po, cæterisque Judicibus quavis auctoritate fungen., in-  
 hiben., & sub sententiis, & Censuris Ecclesiasticis, aliis-  
 que pecuniariis pœnis, nec non Oratores manutenendo in  
 sua possessione, & quatenus expoliati existunt, prout  
 Juris fuerit reintegrare, & restituen. cum clausulis op-  
 portunis præmissis, præinsertis clausulis etiam derogato-  
 riarum derogatoriis in eis appositis cùm indè secutis Con-  
 stitutionibus, & ordinationibus Apostolicis, stylo Pala-  
 tii, & Curie, cæterisque contrariis quibuscumque non ob-  
 stantibus statum, & merita, ac alia de necessitate ex-  
 primenda hic forsàn pro expressis haben. die Sabbathi  
 II mensis Martii 1595 fuit proposita suprascripta  
 Commissio in Signatura coram Sanctissimo D. N.  
 Clemente Octavo per me &c. Bel. V., Signaturæ  
 Referendarium, & idem Sanctissimus D. N. illam  
 rejecit, nec signare voluit. In quorum, fidem, &c.

Rejectio su-  
 pradictæ Cõ-  
 missionis per  
 Signaturam  
 Gratix de-  
 mandata de  
 anno 1595.  
 iud die 11.  
 Martii.

Adverten-  
 dum hic  
 quod hoc  
 rescriptum  
 Signaturæ  
 Gratix quo  
 rejecta fuit  
 in stantia  
 Adversario-  
 rum pro a-  
 peritione  
 oris est in-  
 fertum, pro-  
 ut jacet in  
 literis exe-  
 cutorialibus  
 Rotalibus  
 coram R. P.  
 D. Sacrato,  
 & idè est  
 authenti-  
 cum, & in  
 forma pro-  
 banti.

I. Bael. V. S. R.

Aa

BEA-



## BEATISSIME PATER.

Commissio  
ex aduerso  
extorta sub  
banca, & di-  
recta R. P. D.  
Sacrao tunc  
temporis S.  
Rotæ Audi-  
tore, nulla  
facta men-  
tione de  
præcedenti  
Rescripto  
Signaturæ  
Gratiæ, ac  
de Indultis  
continenti-  
bus clausu-  
lam sublata,  
&c. ac de-  
cretum irri-  
tans.

**L**icet devoti S. V. Oratores Canonici Dimidiati, & Quartanarii Ecclesiæ Ulixbonen. non debuissent, nec potuissent ab aliquo molestari de, & super Juribus, præeminentiis, dignitatibus, muneribus, ac officiis, ac residentia Beneficiorum ipsorum Oratorum stantibus præsertim tribus sententiis Rotalibus ad favorem Oratorum eorumdem latis, tamèn quia Decanus, Canonici, & Capitulum ejusdem Ecclesiæ assertum statutum, seu statuta in præjudicium omnium eorumdem dimidiorum Canonico- rum, & Beneficiorum, eis que non vocatis, ut debebatur, ediderant, ideò ab eis apposito, habitoque recurso ad Ordinarium Ulixbonen., coram eo causa introducta, propositisque exceptionibus, quibus dictus Ordinarius debuisset ad revocationem devenire, tamen post lapsos duos annos non solum id non fecit, sed potius ad assertam sententiam, seu sententias, ut dicitur devenerat, & propterea causa, seu causas hujusmodi introductis coram S. V. Nuncio, & Collectore spoliatorum in illis Partibus commorantibus, tandem Nuncius, & Collector prædictus per suum definitivum Decretum pronunciavit, quod Oratores pro causa, & causis prædictis S. V. adire deberent. Supplicat igitur humiliter S. V. Oratores prædicti, quatenus dignetur causam, & causas de, & super nullitate dicti statuti, seu statutorum, ac omnium ordinatorum per dictos Adversarios con. dd. Oratores, eorumque Beneficia, dignitates, munera, & Officia, ac restitutione fructuum, reddituum, & emolumentorum quorumcumque,



cumque , nèc non etiam appellationis , & appellationum prædictarum , nullitatisque , & nullitatum ex tribus iniquitatis , & Injustitiæ attentatorum , & innovatorum quorumcumque unà cum omnibus , & singulis inciden. , de- pnden. , emergen. annexis , & connexis , totoque negotio principali , ac clausula , quam , & quas dicti Oratores habent , & movent , habereque , & movere volunt , & intendunt de , & super præmissis , rebusque aliis in Actis , & Processu causæ , & causarum hujusmodi suis loco , & tempore quandocumque deducendis , & exprimen. alicui ex Vestri Sac. Palatii causarum Auditori audien. cognoscen. deciden. , fineque debito terminan. summarie , & prout in Beneficialibus committere , & mandare cum potestate , quos , quibus dictos Adversarios , & quoscumque alios in executione citationis vigore præsentium , nominan. , & cognominan. , & per Edictum publicum constituto summarie , & extrajudicialiter de non tuto accessu in Curia , & extrà citan. , & sub Ecclesiasticis sententiis , Censuris , & pœnis , ejus arbitrio etiam pecuniariis applican. pœnis inhiben. Contradictores , & rebelles in sententias , pœnas , & censuras hujusmodi incidisse servata forma Sac. Concilii Tridentini declaran. , aggravan. , & reaggravan. interdican. , invocato , quatenus opus sit auxilio , brachii sæcularis attentata , innovata quæcumque in primis , & antè omnia , prout Juris fuerit revocan. , Oratoresque in eorum possessione , seù quasi Juris exercen. , eorumque dignitates , munera , officia , & præeminentias , ac fructus , redditus , proventus , & emolumenta exigendi , prout Juris fuerit manutenendo , & conservando , & quatenus illi , seù eorum alter forsan



*spoliatus reperiatur, prout similiter Juris fuerit reintegrando, & restituendo, ac quaecumque mandata necessaria, & opportuna, etiam suo sub parvo sigillo, loco Executorialium decernen., relaxan., & exequen.; Oratoresque adversus quemcumque fatalium lapsum, seu praetensam forsàn rem judicatam saltèm ex generali clausula si qua &c. prout juris fuerit restituen. ceteraque omnia facien. &c. exercen., & exequen. in praemissis, & circa ea necessaria, seu quomodolibet opportuna non obstant. praemissis, ac Constitutionibus, & ordinationibus Apostolicis, stylo Palatii, & Curiae, ceterisque contrariis quibuscumque statum, & merita causa, & causarum hujusmodi, aliorumque licèt hic forsàn de necessitate exprimen. tenores, & compendia prò plenè, & sufficientèr expressis haben. de mandato D. N. Papæ Audiatur Magister Franciscus Sacratas, citet, inhibebat, & sub censuris, & pœnis revocet, restituat, manuteneat, procedat, ut petitur, & Justitiam faciat.*

Placet D. N. PP.

C. Cardinalis S. Georgei:

## PATER SANCTE.

Commissio cum praeinserta ad infantiam Capituli, & Canonico-rum Principium ob-tenta, & directà eidem R. P. D. Sa-crato, ut suam inhibitionem moderaretur, & revocaret.

**E**Xponitur prò parte devotorum illius Oratorum Decani, Canonico-rum, & Capituli Ecclesiae Ulixbonen. humilitèr S. V. quod si asserti Canonici dimidii, seu Quartanarii nuncupati pro Oratoribus in quarto loco praefertis nominati expressissent motus proprios primo, & secundo loco praefertos habentes clausulam sublatam cum

Decre-



Decreto irritanti fuisse expeditos, ac executioni deman-  
 dados, & eosdem dimidios, seu Quartanarios adversa-  
 rios porrexisset in Signatura Gratiæ S. V. tertio loco  
 præinsertam, & illam partibus hinc inde informanti-  
 bus fuisse in eadem Signatura rejectam, utique di-  
 ctam quarto loco præinsertam subreptitiè à S. V.  
 saltem sic de facili non extorsissent. Verùm quia ii-  
 dem Oratores non debent amplius super jam ter-  
 minatis molestari, & perturbari, nec status illius Ec-  
 clesiæ amplius alterari, ideòque iidem Oratores suppli-  
 cant humilitèr S. V. quatenus dignetur causam, & cau-  
 sas in dicto quarto loco præinserta expressas, seu con-  
 tentas ad se avocare, & prævia illarum avocatione com-  
 mittere, & mandare prædicto Rev. P. D. Sacrato, coram  
 quo dicta quarto loco præinserta presentata fuit, ut  
 quamcumque suam inhibitionem illius vigore emanatam  
 moderetur, & revocet cum potestate dd. Adversarios om-  
 nesque alios citan., illisque, ac quibus, & quotiès opus  
 fuerit sub censuris Ecclesiasticis, & pecuniariis ejus ar-  
 bitrio inflingen. pænis inhiben., aliisque facultatibus ne-  
 cessariis, & opportunis præmissis, ac Constitutionibus,  
 & ordinationibus Apostolicis, stylo Palatii, & Curia,  
 ceterisque contrariis non obstantibus quibuscumque sta-  
 tum, & merita causæ pro sufficienter expressis haben.,  
 vel si magis placet committatur eidem R. P. D. Sacra-  
 to, qui moderetur suam inhibitionem, perindè ac si præ-  
 inserta non emanasset. De mandato D. N. PP. idem  
 Auditor, ut in secunda parte petitur, & Justitiam faciat.

Placet D. N. PP. de secunda parte.

C. Cardinalis S. Georgei.

Cujus

Narratur  
 hic Rescrip-  
 tio Signatu-  
 ræ Gratiæ,  
 quæ denega-  
 ta fuit Par-  
 tibus hinc  
 inde infor-  
 mantibus Si-  
 gnatura Cõ-  
 missionis,  
 quæ ex ad-  
 verso pro-  
 ponebatur  
 pro aperitio-  
 ne oris.



R. P. D. Sa-  
cratus inhi-  
bitionem  
alias concef-  
sam mode-  
ratur, & re-  
vocat.

Cujus quidem Commissionis, sivè supplicationis vigore Nos Franciscus Sacratus Auditor prædictus ad supradd. RR. DD, Decani, Canonorum, & Capituli Ecclesiæ Ulixbonen. Partium Instantiam D. Joannem Ochea in Romana Curia causarum, & supraddictarum RR. Canonorum dimidiorum, & Quartanariorum nuncupatorum prædictæ Ecclesiæ Ulixbonen ex adverso partium Procuratorem ad viden., & audien. quamdam inhibitionem, aliàs per nos decretam, & ad partes concessam juxtà, & secundum dictæ ultimæ præinsertæ commissionis veram formam, continentiam, & tenorem per nos moderari, & illam ad viam Juris reduci, vel dicen., & causam rationabilem, quare præmissa fieri non debeant allègan. per aliquem ex Sanctissimi D. N. PP. Cursoribus citari mandavimus, & fecimus ad aliquem certum peremptorium terminum competentem, videlicet ad diem, & horam infrascriptos, Quibus obvenientibus comparuit in Judicio legitime coram nobis providus Vir D. Odoardus Paul in Romana Curia Causarum, & supraddictorum RR. DD. Decani, Canonorum, & Capituli Ecclesiæ Ulixbonen. partium Procurator, & dicti D. Joannis Ochea ex adverso Procuratoris non comparentis contumaciam accusavit, ipsumque contumacem reputari, & in ejus contumaciam dictam inhibitionem aliàs, ut præmittimus in hujusmodi causa decretam, & concessam juxtà, & secundum dictæ ultimæ præinsertæ Commissionis formam, continentiam, & tenorem moderari, & ad viam Juris reduci per nos instantèr postulavit. Nos tunc Franciscus Sacratus Auditor prædictus dictum D. Joannem Ochea ex adverso Procuratorem non comparentem  
repu-



reputavimus, meritò prout erat id exigente Justitia contumacem, & in ejus contumaciam attendentes postulacionem hujusmodi fore justam, & rationi consonam, volentesque in causa, & causis hujusmodi æqualitatem servare, ac Partibus Justitiam ministrare, ut tenemur, & per diligentem Actorum causæ hujusmodi inspectionem comperimus contenta, & narrata in dicta ultima inserta Commissione veritate fulciri. Idcirco auctoritate Apostolica nobis commissa, & qua fungimur in hac parte dictam inhibitionem aliàs per nos in hujusmodi causa decretam, & ad partes concessam juxtà, & secundum dictæ ultimo loco factæ, & præsentatæ Commissionis formam, & tenorem moderan. duximus, & revocan., prout moderamus, & revocamus præsentium per tenorem has nostras litteras desuper decernendas.

Quæ omnia, & singula præmissa vobis omnibus, & singulis suprascriptis intimamus, insinuamus, & notificamus, &c. In quorum omnium, & singulorum fidem præsentibus nostras fieri, & per Notarium nostrum infra-scriptum subscribi, sigillisque nostris, quibus utimur, jussimus appensione communiri. Datum Romæ apud S. Petrum in Palatio Causarum Apostolico, in quo Jura reddi solent hora Audientiæ Causarum consueta sub anno à Nativitate Domini nostri Jesu Christi 1601. Indictione 14. die verò 6. mensis Aprilis, Pontificatus Sanctissimi D. Nostri Clementis Papæ VIII. anno ejus decimo. Præsentibus ibidem DD. Francisco Antonio Benedictionio, & Hieronymo de Cavaleriis Notariis publicis Testibus ad præmissa omnia vocatis, & rogatis.

Et Ego Joannes Lucas Reinerius Civis Perusinus publicus



158 DISCURSO APOLOGETICO,  
*blicus Sacri Palatii Causarum Apostolici Notarius, quia  
de præmissis rogatus fui, ideò publicum Instrumentum sic  
signavi, subscripsi, & publicavi requisitus, &c.*

#### Num. IV.

COPIA DA CARTA DE SUA Magestade  
para o Duque de Sessa em favor do Cabido  
da Cidade de Lisboa.

**D**Uque de Sessa *Evæna, Primo &c.* o Cabido da  
sé de Lisboa me enuiou dizer por sua petição que  
tendo elles alcançado de diuersos, summos Pontificis bul-  
las e breues porque ordenarão ò modo do seruiço, q os  
meus Conegos e quartanarios, daquella Igreja havião da  
guardar, aos quaes elles por diuerços meos resistirão;  
sendo informado desta materia, ò Pappa Gregorio 14.  
passou hum breue motu proprio pollo qual confirmando as  
bullas, dos ditos summos Pontifices, mandou, q os meos  
Conegos e quartanarios daquella sé, serviçem, e cantasem  
no choro, e no altar os diuinos officios, na forma, e  
modo, q ò Cabido lhes ordenasse, sem à isto porem du-  
uida, ou excepção alguma; o qual breue ultima mente o  
sancto Padre clemente oytauo conformou com m.<sup>as</sup> clausu-  
las, e mandou, q sem embargo, de qualquer posse, ou  
Custume ou, emcontrário, servissem a djta sé na for-  
ma, q lhas estaua ordenada, e não entrassen em Cabi-  
do, por ser conforme, ao q se guarda, nas maes Sés  
daquelle Rejno: e recorrendo, os djtos meos Conegos,  
e quartanarios, a sua S.<sup>te</sup> com diuersas queixas, e di-  
zendo



zendo tinhaõ muito, que allegar contra a djta reforma-  
 çãõ, e motus propios, defirindo sua S.<sup>de</sup> às djtas inpor-  
 tunações, os ouuio na sua signatura de graça, e em sua  
 presensa; onde propoferãõ suas queixas, e alegarãõ seu  
 direito, e uisto tudo, forãõ suas razões havidas por fri-  
 uolas, e mandado, que os djtos breues se executassem co-  
 mo se executaraõ, pollo Arçebpõ daquela Cidade, e os  
 djtos meos Conegos, E quartanarios, obedeçerãõ, e guar-  
 daraõ inteira mente, tudo o q lhes foy ordenado como  
 a inda guardaõ, de oito ou dez annos, a esta parte; e  
 que hora hum L.<sup>o</sup> Rodrigues, quartanario da djta sé ho-  
 mem inquieto e reuoltofo, se fora, a essa Corte e fize-  
 ra petiçãõ a sua S.<sup>de</sup> e dizendo nella muitas, couffas fal-  
 ças, e calando muitas verdadeyras, e por importunação,  
 alcançou de sua S.<sup>de</sup> que cometese este negocio à tres Car-  
 deaes, para que tornassem auer e examinar, e se lhe pa-  
 reçese reuogar ou reformar os djtos breues, e porque es-  
 tando, este Caso, tantas uezes determinado, E asenta-  
 do cõ tantas bullas, e breues dos Sanctos Padres, pas-  
 sados com muita consideração, e zello do seruiço de Deus,  
 e culto devino, serja materia de grande escandalo, e in-  
 quietação da djta Igreja, alterarse nem innouarse Me  
 pedjo o dito Cabido q os fauoreçesse cõ sua S.<sup>de</sup> sobre esta  
 materja: Daqual, me mandej informar pollo meu Viso  
 Rej daquelle Rejno, e elle o fez por pessoas, de letras  
 e prudencia, que uirãõ os djtos breues e bullas, e o ui-  
 rãõ as maes razões do Cabido, e lhes pareceo mui conue-  
 niente, à o seruiço de Deus, e culto divino, e authori-  
 dade, daquela Igreja guardarense as djtas bullas, e tu-  
 do o q nellas se ordenã, E por eu ter entendido, q El-



Rej meu S.<sup>or</sup> e Paj que Deus tem, por informação q̄ nesta materia teue pollo, Arche-Duque meu tjo, sendo Governador daquelle Rejno, a mandou favorecer diante de sua S.<sup>de</sup> me pareço, escreueras esta Carta, polla qual uos encomendo, que de minha parte faleis, a sua S.<sup>de</sup> nella, e que lhe digais, que polla Calidade E' authori-dade, daquelle Igreja, deue sua S.<sup>de</sup> ordenar q̄ nella se-não innoue, cousa algũa visto como ha tanto, tempo, q̄ as ditas bullas se deraõ, à execuçaõ, e o serviço da Igreja proçedeo ate guora quieta mente, e com a decen-cia, q̄ conuem à serviços de nosso S.<sup>or</sup>

E Porque tenho entendido, q̄ o djto Lourenço Ro-drighes, q̄ promoue e solicita este negocio nessa Corte por parte dos meos Conegos, e quartanarios, he homem in-quieto, e reuoltofo e como tal ha pouco tempo, se sabio daquelle Rejno, e se foy à o de França, donde tornou à elle duas uezes com cartas fingidas, e com intento, de inquietar algũas pessoas ignorantes contra meu serviço, publicando, e affirmando, que uira, no djto, Rejno de França, à ElRey Dom Sebastião, que Deus tem, uiuo, e sendo buscado por minhas, Justiças para ser preso, se embarcou secreta mente, E' se tornou à França, por ser sobrinho de frej José teix.<sup>ra</sup> que reside no djto Rejno, frade dominico, e foy hũ dos principais culpados e exep-tuados na rebeliaõ do Prior, que foy do Crato; e porq̄ segundo, à inquieta exediosa natureza do djto L.<sup>o</sup> roiz pode causar, e ordenar nessa Corte cousas, de Escanda-lo, e contra ò serviço de Deus e meu por estes respeitos, e por quietaçã de taõ, Principal Igreja como a de Lis-boia, uos encomendo, q̄ peçais assj mesmo, à sua S.<sup>de</sup> te-nha



inha por bem demandar sabir dessa Corte à o djto L.<sup>o</sup> Rõiz, e obrigarlhe com graues penmas a q uenba servir seu benef.<sup>o</sup> na forma em q sua S.<sup>de</sup> e os mais summos, Pontifices tem ordenado; escrita &c.

## Num. V.

## CHRISTI NOMINE INVOCATO.

**S**Em embargo dos embargos, que não recebo por sua materia, e autos, os quaes vistos, e como delles se prove por confissão dos Reverendos Embargantes, que a Real existencia do motu proprio do Santo Papa Clemente Oitavo impoem silencio a fim de o não poderem arguir, sem se lhes facultar o aperitio oris, que enixamente supplicarão ao Santissimo Senhor Nosso Papa Clemente XI. como se prova dos documentos a fol. 104, e assignaladamente fol. 116 in fine 122, & 127, a qual lhe foy ultimamente denegada fol. 138, fica sendo impossivel de impossibilidade juridica, que pelo digo pelo meyo dos presentes embargos tivessem audiencia aquelles, a quem a novissima resolução Clementina não dispensou o silencio, que sobre muitos Breves Apostolicos canonizou hum dilatadissimo curso de annos, para fazer inquestionavel a sua observancia, nem seria licito a hum Juiç subdelegado dar facil audiencia contra humas potentissimas, e amplissimas clausulas, que os Reverendos Embargantes reconhecerão fazer durissima esta concessão na fonte, donde emanou a presente jurisdicção, como se confessa fol.



134 vers. in principio, do que outro sim resulta, que com o Breve Gregoriano fol. 116 vers. e no Clementino fol. 110 se ache vedada totalmente a faculdade de interpretar, ou aliàs julgar, não fica lugar a fazer juizo duvidoso dos artigos, que nos embargos fol. 72 se oppoem ao merecimento da causa, ou à sua interpretação, como são os artigos onze até dezoito, e os que se seguem de vinte e seis até o fim, cujos pontos se achão largamente elucidados nos ditos requerimentos, que se não acharão dignos de attenção, e justamente por quanto o seu principal fundamento consiste nas sentenças fol. 40, que derão causa à inhibitoria fol. 61, em que os Reverendos Embargantes se fundão, a qual foy revogada como injusta a fol. 85, e achando-se reprovado aquelle fundamento, como com effeito estão todos os mais, que se querem estabelecer nos documentos fol. 38, fol. 40, 46, 48, 50, 52, 66, & 70, não podia ser proficua a repetição daquelles requerimentos em novo Juizo contra as mesmas partes, e tratando dos outros artigos he injusta a arguição dos primeiros cinco pela falta do registro; porque os Reverendos Embargantes confessão a difficuldade, que ha em achar registros daquelle tempo fol. 117, & 134, e devem soffrer contra si o mesmo direito, que querem contra os seus adversarios; nem a carta fol. 36 faz mais prova, que huma imperfeita negativa, quanto mais que o invento destes registros he moderno, pelo que se diz no exame fol. 373: os artigos 6, & 7 se convencem claramente; porque no primeiro anno daquelle Pontificado se passarão os Breves de 8, e 23 de Junho, de 26 de Julho, 16, & 18 Kalend. Septembris no mon-



te Quirinal, e o Breve allegado em contrario diz o que se fez, e não o que assim se devia fazer, nem para a conta feita no dito setimo artigo deve haver mais confiança na impressão de Garcia, do que na do Cherubino, que poem por anno nono daquelle Pontificado o de 1600 nas Constituições 65 a segunda, 66, 67, 68, 69, 70 a primeira, e segunda 71, 72, 73, 74, e 75: o artigo oitavo se desfaz com a inibição na minha presença approvada por Direito expresso, e ficaõ tambem cessando os artigos 20, 21, 22, & 23; o artigo nono se elide com o exame fol. 372: o Decreto de 18 de Janeiro 1601 no artigo decimo, (a ser licita interpretação respectiva ao executorial) não pôde obrar mais que faculdade de accusar os Cabidos, que se fizerem, principalmente à hora da Missa mayor, aonde o dito Breve fosse recebido, que não consta, e o não foy na Santa Sé Primacial das Hespanhas, aonde por seu estatuto a Missa da Prima havendo-a, ou não a havendo a Preciosa que, digo he que vão os Capitulares para o Cabido, ficando no Choro huns Beneficiados de murça sem capelo, que se crearaõ para não haver falta no serviço da Igreja, affinandoselhes para cada tres huma Prebenda, que para isso se dividio, e só na Quaresma se manda, que venhaõ os Capitulares do Cabido assistir às Vesperas, sendo festa duplex, ou solemne: o artigo dezanove pecca na supposiçãõ; o artigo 24 não he attendivel, porque sou Conego, e Arcediago do Bago na Santa Sé Primaz, com territorio que occupa sessenta Freguesias, e exercicio de muita jurisdicçãõ da que tinhaõ os Arcediagos em Direito Canonico, e especialmente para visitar com tal  
authori-



authoridade, que o Illustrissimo, e Reverendissimo Arcebispo para nomear Visitador na minha ausencia prevenia a minha approvaçãõ na pessoa, que elle designava para aquelle emprego, além do que o delegado do inferior he que não pôde subdelegar, sim porém o delegado ordinario, e na censura de direito a delegaçãõ deve ser do mayor para o menor. O artigo 25 se convence por cabeça do absurdo, que se seguiria se em actos, que tem trato successivo se dêsse a candeya por extincta com a primeira execuçãõ, e não teriaõ as demandas mais fim, que o que as partes quizessem ultimamente, os papeis que contém autos de honras de tempos mais modernos, ut fol. 54, 56, e 57 se achãõ sujeitos ao silencio, cuja aperitio oris se mostra negada, e respeitãõ a propriedade, que não devem, digo, deve turbar a presente execuçãõ; por tanto mando se cumpra a notificaçãõ embargada, e se dê à sua verdadeira execuçãõ, para o que se passem as ordens necessarias, e paguem os Reverendos Embargantes as custas, em que outro sim os condemno. Lisboa Occidental dez de Dezembro de mil setecentos e dezanove.

D. Affonso Manoel de Menezes Arcediago.

### Num. VI.

**C**ertifico, que provendo o livro dos Acordãos, que ao presente serve; nelle se achãõ os do anno proximo passado, entre os quaes no dito livro fol. 64 está o assento do theor seguinte. = Em vinte e cinco de Fevereiro



reiro de 1733 se fez Cabido de chamamento, Presidente o Senhor Deaõ. = E depois de outro assento, em materia differente do que se contém na petição, se segue o seguinte. = Neste dia se assentou, que visto o costume, e estylo do Coro desta Santa Sé, de que todas as vezes, que entra pelo Coro algum Senhor Capitular, estando já principiados os Officios Divinos, e sentados os que estão no Coro, depois de ajoelharem à entrada delle se levantão as Dignidades, e Conegos, e os Beneficiados, meyo Conegos, e os Quartanarios, e os Bachareis, Capellães, e Cantores, e os mais Ministros do Coro; e quando entra algum meyo Conego, ou Quartanario se levantão sómente os desta ordem, e os que lhe são inferiores, como os Bachareis, e os mais, e estes se levantão tambem quando entra algum da sua ordem; e os moços do Coro quando succede sentaremse observão entre si o mesmo, sem que a estes se levantem Bachareis, Capellães, e Cantores, nem a estes os meyo Conegos, e Quartanarios, nem outro sim a estes as Dignidades, e Conegos, cujo estylo he conforme aos Ceremoniaes, e geralmente observado nesta Sé, como devido à graduacão de cada ordem, de que se segue a boa uniformidade do mesmo Coro, sem que algum possa fazerse singular, faltando a hum estylo, e costume tão justificado, o qual para que se continue observar sem variedade, de que resulta a boa ordem, que está determinada, se manda esta observar inteiramente. E porque alguns Beneficiados mostrão com singularidade faltar a esta observancia, os quaes são o meyo Conego Manoel Baptista Rollim, e os Quartanarios Coadjuutores Manoel da Sylva da Cunha, e Pedro



e Pedro Ribeiro, que observando sempre o dito estylo o vão deixando de observar, faltando a levantar-se aos da ordem superior, e aos da sua, como também alguns Clerigos dos Bachareis mostrão faltar à dita observancia, de que alguns Quartanarios se tem queixado. E para que a singularidade destes não destrua a boa ordem do commum, e nem se disculpem com o descuido, ou inadvertencia; e assim como em outras occasiões forão advertidos outros, que faltavaõ ao dito estylo, disculpando-se com o descuido, de que se abstiverão, se assentou, que o Prioste dos Bachareis intimasse aos Padres, que faltavaõ ao dito estylo, para que o observassem inteiramente; e que o dito meyo Conego, e dous Quartanarios fossem chamados à Casa do Cabido, e nella pelos Védores da Fazenda se lhe intimasse esta advertencia para que não faltassem a observar o dito estylo, recomendandolhe, que evitassem a desordem, que se seguia da singularidade, que querião praticar.

### Num. VII.

**E** Outro sim certifico, que provendo o mesmo livro a folhas 70 nelle está o assento do theor seguinte. = Em 13. de Março de mil e setecentos e trinta e tres se fez Cabido, Presidente o Senhor Deão. = Neste dia deraõ conta os Védores da fazenda, de que em execução do assento de 25 de Fevereiro deste anno, ordenaraõ aos Priostes dos Padres Bachareis intimasse aos ditos Padres a resolução do dito assento, e que constava, que obser-



observarãõ inteiramente. E que sendo chamados o meyo Conego Manoel Bautista Rollim, e os dous Quartanarios Manoel da Sylva da Cunha, e Pedro Ribeiro se lhe fizera a mesma recommendaçãõ do assento, e que depois de se lhe intimar constava, que o dito meyo Conego a observava; porem que os ditos dous Quartanarios faltavaõ ao dito estylo com mayor desordem depois de saberem, e se lhe intimar o dito assento, não se contendo só em se não levantarem quando deviaõ, mas em darem escandalo no modo, com que faltavaõ ao costume, que antes observavaõ, mostrando assinte de se assentarem, com o que escandalizavaõ aos mais do Choro, em que mostravaõ o queraõ fazer, e innovar voluntariamente: à vista do que se assentou que o Senhor Apontador do Choro puzesse a hora, em que se faltasse ao estylo recommendado no dito assento, quando juizasse se fazia o contrario sem descuido, ou inadvertencia, e que não obstava a desculpa que queraõ dar de se não levantarem senão à primeira entrada, porque pelo contrario está o estylo desta Sé conforme com o sentido dos Ceremoniaes explicado pelos Authores; além de que, os ditos Quartanarios, nem na dita primeira entrada observavaõ levantando-se somente hum e o outro com desordem da uniformidade do Choro, e que assim se fizesse saber ao Senhor Apontador do Choro.

Em 28. de Setembro de 1733. se fez Cabido Presidente o Senhor Deaõ, deu conta o Senhor Chantre depois de ter dito da posse que solememente tinha dado da Dignidade de Thezoureiro Mõr, como he costume, hindo com outro Capitular ambos nomeados em Cabido para o



dito acto, em companhia do que hia tomar posse, acompanhados do Porteiro do Cabido com as insignias, de que usa nos actos solemnes, Notario, e de varios Ministros do Coro, que costumão assistir a semelhantes actos, e que levantando-se todo o Coro a este acto, e achando-se nelle o Beneficiado Coadjutor Manoel da Sylva da Cunha, chamado Quartanario, não só se não levantou, mas mostrou affectação de o não fazer, obrando este excesso com tanta advertencia, que se poz a olhar com modo descomedido, para cada hum dos que hiaõ no acto com escandalo de todos; pelo que elle Chantre o mandara multar, do que tudo dava conta ao Cabido, o qual considerando a rebeldia deste Beneficiado, e que as advertencias, que lhe tinhaõ feito, o não persuadiaõ a conformarse com o estylo do Coro, e algumas multas, que já se lhe haviaõ posto, não o emendavaõ, e a espera, e tempo, que se tinha demorado o Cabido em proceder eraõ mais de dez mezes, em que a sua contumacia estava bem comprovada, passando de faltar ao dito estylo com tão considerada culpa, a fazello com excessos, que podiaõ inquietar os animos, e resultar algum disturbio, a que se encaminhavaõ os seus excessos, não tendo desculpa alguma, que dar; porque a primeira, que dizia, de que só se devia levantar à primeira entrada, querendo assim entender o Ceremonial, isto he contra a intelligencia dos Authores ao dito Ceremonial, e contra o estylo da Sé, que assim tem interpretado o dito Ceremonial; nem a segunda, de que só o devia fazer quando ob bonum commune entrava alguma pessoa do Coro, porque a huma, e outra faltavaõ, e neste acto da dita posse, não só



só era a primeira entrada daquella Dignidade , que era a primeira vez que vinha ao Choro , mas tambem ob bonum commune , pelo qual vinhão dous Capitulares representando o Cabido ; alem de que elle , e o dito Quartanario Pedro Ribeiro nem à dita primeira entrada se levantaraõ , e andavaõ unidos nesta desordem sendo aliunde obrigados a seguir a uniformidade do Choro , e não poderem por authoridade propria interpretalla , e faltar a ella , e com mayor razão depois de amoestados , e esperados , se mostra terem cabido em huma desobediencia formal , e para castigo desta , e evitar o disturbio , que podia seguirse da sua desordem , devia proceder a mayor castigo ; e porque o excesso do dia de hoje fora obrado sómente pelo Quartanario Manoel da Sylva da Cunha , que só se achava presente , que este fosse logo prezo por ordem do Cabido , e que contra elle , e o Quartanario Pedro Ribeiro se dèsse huma denunciação crime por desobediencia formal , perante o Senhor Juiz do Cabido , que procederia como fosse justiça.

Em 29 de Setembro de 1733 se fez Cabido Presidente o Senhor Deaõ ; derão contas os Vedores da fazenda que o Quartanario Manoel da Sylva da Cunha se achava prezo , e se tinha mandado denunciar de ambos os Quartanarios perante o Senhor Juiz do Cabido , como se resolvera antecedentemente.



## Num. VIII.

**A**Nno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1733 annos aos 30 dias do presente mez de Outubro do dito anno nas casas da solita residencia do muito Reverendo Doutor Joseph Gomes Dias, Prothonotario Apostolico de Sua Santidade, e Advogado na casa da Supplicação, aonde eu Notario Apostolico infra escrito vim, e a hy em sua presença disse o Doutor Manoel Martins de Sousa, tambem advogado nesta Corte, e Casa da Supplicação como Procurador do Reverendo Manoel da Sylva da Cunha, Conego Quartanario da Sé Oriental, cuja procuração era ao diante, que eu Notario Apostolico dou fé ser verdadeira, que appellava perante elle Reverendo Doutor Prothonotario Apostolico, tamquam probo, inquam, tanquam coram probo viro ob non tutum accessum ad Sanctam Sedem Apostolicam, do Reverendo Cabido, e Conegos da mesma Sé o mandarem prender no Aljube, aonde se acha por se não levantar estando no Coro cantando-se a Epistola da Missa da Terça, ao Reverendo Chantre, e Antonio André, que sabião do mesmo Coro com o Reverendo Thesoureiro môr, de lhe dar posse da Thesouraria, e de pelo mesmo o multarem em 300 reis, e de todas as mais multas, que lhe tem feito por se não levantar no Coro, estando aos Officios Divinos, quando entraõ, ou sahẽm algum Conego a negocio particular, depois de ter feito a dita entrada, e de o terem maltratado ainda depois de prezo, e de lhe consumirem os seus dias de Estatuto



tatuto com os dias da prizaõ , e de o terem em ferros , e lhe não deferirem à sua soltura , nem homenagem , e lhe não despacharem appellação , que lhe meteo em Cabido , que se entregou ao Reverendo Chantre , que serve de Juiz do Cabido de o mandar embargar na prizaõ , e lhe não deferir , e de o embargar na cadea , occultando-se em casa para se não appellar delle como Juiz do Cabido , e Védor da Fazenda , em tal fórma , que no dia de hoje , estando elle dito Procurador comigo Notario , e outro mais na sua falla para em sua prezença lhe intreporem as ditas Appellações , o dito Reverendo Juiz do Cabido se retirou pelo seu quintal para se não appellar diante delle , e no dia de ontem teve na Sé prompta a Justiça para prender a quem fosse appellar diante delle , ou dos mais Reverendos Conegos ; e que appellava de todo o referido , e de todas , e quaesquer culpas , que o Reverendo Senhor Juiz , e mais Conegos lhe tiverem fulminado , e de todas , e quaesquer censuras , e procedimentos , que tem feito , ou pertenderem fazer appellando , e protestando de todas as perdas , e damnos , e injurias , que o dito Reverendo Juiz do Cabido , e Védores da Fazenda , como vozes do mesmo Reverendo Cabido , lhe fulminarem em futuro , ou tiverem fulminado , e tambem do mesmo Reverendo Chantre como Juiz do mesmo Reverendo Cabido , ou de outro qualquer Conego , ou Clerigo da mesma Sé , porque todos são induzidos pelo mesmo Reverendo Cabido , cuja appellação entrepunha ante omnia , & post omnia ad Sanctam Sedem Apostolicam , seu ad Summum Pontificem Clementem Duodecimum nomine expresso ,



presso, e pela melhor via, que em direito melhor baja, e requeria a elle Senhor Doutor, Reverendo Prothonotario lhe mandasse escrever, e receber sua Appellação em ambos os effeitos, visto se justificar com as certidões, que appresentava a falta de tuto accesso, e que outro sim da mesma Appellação lhe mandasse dar hum, e muitos treslados, e todos os que lhe forem necessarios para tratar do seu direito, e justiça; o que tudo ouvido por elle Senhor Reverendo Doutor Prothonotario mandou a mim Notario, infra escrito, lhe escrevesse sua Appellação, e lha recebo tanto quanto em direito era de receber, e della désse todos, e quaesquer treslados, que por parte do dito constituinte, ou Juiz, Procuradores, lhe forem pedidos. E eu Jorge Ribeiro Lima, Notario Apostolico, o fiz, e affiney com o dito Reverendo Senhor Doutor, o Senhor Joseph Gomes Dias, e o Procurador, em o dito mez, e anno ut supra. Jorge Ribeiro Lima = Joseph Gomes Dias. = Como Procurador do sobredito, Manoel Martins de Sousa. = E por me ser pedido o presente treslado do termo de Appellação pelo dito Procurador do mesmo Reverendo Manoel da Sylva da Cunha, lhe dey, e passsey a presente, bem, e fielmente tresladada do meu livro de Notas de fol. 23 até fol. 24 a que me reporto, a qual vay por mim escrita, e affinada de meus sinaes publico, e razo em o dito dia, mez, e anno ut supra. = Lugar do final publico. = Em testemunho de verdade. = Razo. = Jorge Ribeiro Lima. = Reconheço = Macedo de Seixas. =



## Num. IX.

Como Procurador, que sou do Reverendo Manoel da Sylva da Cunha diante de V. merces, como Védorres da Fazenda, e vozes, que são do Illustrissimo Cabido, appello do mesmo Illustrissimo Cabido mandar prender a meu constituinte, por este se não levantar estando no Coro cantando-se a Epistola da Missa da Terça, aos Reverendos Chantre, e Antonio André, que sabião do mesmo Coro com o Reverendo Thesoureiro môr, de lhe dar posse da Thesouraria, e tambem de pelo mesmo o mandar multar.

E tambem appello de se lhe não differir à appellação, que entreguey a V. merces em 26 deste mez de Outubro, sendo hoje 30 do mesmo mez, e dizendome, que logo se fazia Cabido no mesmo dia, e que viesse às horas a buscalla sendo segunda feira dia de Cabido; e tambem appello de todos, e quaesquer procedimentos, que o Illustrissimo Cabido tenha fulminado, ou pertenda fulminar, ou de outras quaesquer censuras contra meu constituinte, e protesta de lhe restituirem todas as perdas, e damnos, e todas as suas multas, a qual petição procurando-a muitas vezes se me não entregou, nem com despacho, nem sem elle.

E tambem appello de desde o mez de Fevereiro, até o presente o terem multado in totum na congrua do seu Beneficio, sem della perceber cousa alguma, por elle se não levantar no Coro, estando-se nelle aos Officios Divinos, toties quoties algum Conego vay para o Coro  
de



de algum negocio particular depois de já ter feito a sua primeira entrada no mesmo Coro, e ainda depois de prezo o estarem a multar.

E tambem appello de lhe mandar ir consumindo os seus dias de Estatuto, os quaes forão concedidos para recreação, e se meu constituinte está prezo, e com a liberdade cativa, como póde ir residir no seu Beneficio, e fazer as obrigações delle? E protesta de lhe restituirem todos os seus dias, pois quando o prenderão só tinha em o dia 26 de Setembro, só tinha tomado doze dias, e meyo.

E tambem appello de o terem na prição mettido em ferros, e de lhe não differir a seus requisitos, e de lhe não despachar sua petição, em que lhe requeria o soltassem, ou lhe concedessem homenagem, que por direito lhe he promettida, e lhe mandassem restituir as multas, que lhe tinhaõ mandado pôr pelas causas referidas, e restituir os seus dias de Estatuto, e levantar o embargo, que na prição tinha mandado fazer V. merce como Juiz do Cabido.

E tambem appello de V. merce como tal o mandar embargar a seu constituinte na prição, sem haver requisito de parte, nem pessoa, que tal embargo requeresse, e isto depois de passar sete dias de Prição, sendo V. merce o mesmo Juiz do Cabido, o Senhor Chantre, que assistio à posse do Reverendo Thesoureiro môr, e por se não levantar ao sabimento do dito acto V. merce, como tambem Védor da Fazenda convocou a culpa para mandar prender a meu constituinte, e ficar V. merce ao mesmo tempo sendo Juiz, e parte.



E tambem appello de todos , e quaesquer procedi-  
mentos , que V. merce como Juiz do Cabido fulminar ,  
ou tiver fulminado , ou intentar fulminar , ou censuras  
contra o meu constituinte , e de lhe não deferir aos seus  
requisitos , protesta de lhe restituir todas as perdas , e  
damnos , que lhe causarem , e por todas as injurias , e  
acções , que poder ter.

Finalmente appello de todo o referido com protesto  
de todas as perdas , e danos , injurias , e acções de  
quem por direito tiver , e poder haver.

Manoel Vicente da Sylva , Escrivão proprietario  
da Vara do Meirinho Geral da Mesa da Consciencia,  
e Ordens , e Notario Apostolico de Sua Santidade appro-  
vado , &c. Certifico , que sendo aos 30 dias do mez de  
Outubro , das seis para as sete horas da manhã do di-  
to dia , fuy eu Notario Apostolico em companhia do Dou-  
tor Manoel Martins , e do Notario Jorge Ribeiro Li-  
ma , a casa do muito Reverendo Chantre da Sé de  
Lisboa Oriental , para perante elle com o Procurador do  
Reverendo Conego Manoel da Sylva da Cunha , que se  
acha prezo no Aljube da dita Cidade , intrepor as Ap-  
pellações supra , e esperando , que se levantasse , por se  
nos dizer estava recolhido , vindo o seu paje à porta  
da falla de cima lhe mandámos recado dentro , e nos  
disse o paje , que não podia gastar o tempo por estar  
correndo o sino , e vindo depois o Padre Cura da mesma  
Sé , entrou para dentro a fallar lhe , e sabindo para fó-  
ra nos disse , que já vinha o Reverendo Chantre , e  
esperando , sendo passado grande espaço de tempo , ou-  
vindo o rumor da cheje no pateo , viemos abaixo , e  
Dd achámos ,



achámos , que se tinha metido nella pela porta do quintal com muita pressa , e hia já saindo pelo dito pateo fóra ; e pela razão , de que passado o dia em que metemos , e entregámos ao Reverendo Chantre , em presença dos Védores da Fazenda do Reverendo Cabido , a petição , de que se trata , termos vindo à Igreja da Sé , que foy em 26 do presente mez de Outubro , e se não ter dado despachada , nem se ter feito Cabido tendo dito , que se havia de despachar como tambem repetida a mesma diligencia , no dia 27 , e se achar na dita Igreja o Meirinho do Cabido , e João Rodrigues Rogado , e na mesma fórma no dia 29 que de manhã , e de tarde esteve a Justiça na mesma Igreja da Sé , e Adro della se receou o dito Doutor Manoel Martins de Sousa , de intrepôr esta appellação perante o mesmo Cabido , como tambem por eu lhe dizer o não pronunciaria , pelo que via , e me disse hum companheiro Notario , que o Cabido costumava mandar prender ao Notario , que hia assistir a semelhantes diligencias ; e pelas ditas razões de ter visto na dita Igreja da Sé em todos os dias , que a ella fuy em presença do dito Doutor Procurador do Reverendo Conego quando fuy a meter a petição , e procuralla , e por me dizer tambem o dito Doutor Procurador , que a sua casa lhe tinhão ido dizer se não metesse em diligencias , com que andava por parte do dito Reverendo Conego Manoel da Sylva da Cunha , perante o dito Reverendo Cabido , porque corria seu risco senão entrepoz a dita appellação , e he a razão , porque se hia intrepôr a casa do dito Reverendo Chantre a appellar assim delle como voz do Cabido , e mais Védores da

Fazen-



Fazenda tambem como vozes do mesmo Cabido, e tambem hia appellar do mesmo Reverendo Chantre in solidum como Juiz do dito Reverendo Cabido, e para constar do referido passsey a presente Certidaõ, em fé do que vay por mim sottoscrita, e assinada de meu sinal publico, e razo aos trinta dias do dito mez de Outubro de 1733 annos, e eu Manoel Vicente da Sylva, como Notario Apostolico a sottoscrevi, e assiney. Lugar ✕ do sinal publico. = Em testemunho de verdade, Manoel Vicente da Sylva, Notario Apostolico. = Reconheço, Macedo e Seixas. =

Esta appellação foy intimada ao depois ao Reverendo Chantre, e elle a aceitou, e lhe aceitou primeiro fatal.

## Num. X.

### IN NOMINE DOMINI AMEN.

**C**unctis sit notum, quod anno à Nativitate Domini Nostri Jesu Christi M. DCCXXXIII. In dictione XI. die verò XV III. mensis Decembris, Pontificatus autem Sanctissimi in Christo Patris, & Domini nostri Domini Clementis Divina Providentia Papæ XII. anno ejus quarto. Ego Officialis deputatus vidi, & legi quasdam literas Apostolicas sub plumbo more Romanæ Curie expeditas tenoris sequentis videlicet. = Clemens Episcopus servus servorum Dei. Venerabilibus Fratibus Archiepiscopo Goano in Civitate Ulixbonen. Occidentali, & Episcopo



Constantiniensi in Civitate Ulixbonen. Orientalis respecti-  
 vè residentibus, ac dilecto filio Officiali venerabilis etiam  
 Fratris nostri Episcopi Pharaonensis salutem, & Aposto-  
 licam benedictionem. Ex partè dilecti filii Emmanuelis  
 da Sylva da Cunha Canonici Quartanarii nuncupatæ Ec-  
 clesie Ulixbonensis Orientalis nobis fuit humiliter exposi-  
 tum, quòd ipse exponens fecit sub prætectu non facta-  
 rum per ipsum in Choro quarundam ceremoniarum, ac di-  
 lectis etiam filiis Capitulo, & Canonicis dictæ Ecclesie  
 Adversariis de facto condemnatus in quasdam multas,  
 seu pœnas pecuniarias, & privationem fructuum Canoni-  
 catus, ac censuras, aliasque pœnas cum actuali carceratio-  
 ne, ideo exponens prædictus ad Sedem Apostolicam intra  
 legitima tempora appellavit, nobisque humiliter suppli-  
 cari fecit quatenus causam, & causas appellationis, &  
 appellationum, ac nullitatis ex tribus iniquitatis, & in-  
 justitiæ, attentatorum, & innovatorum quorumcumque,  
 necnon restitutionis in integrum prout de jure adver-  
 sum quæcumque præjudicialia saltem ex clausula generali,  
 siqua mihi justa causa videbitur ac quam, & quas dictus  
 exponens super permissis habet, & movet, habereque,  
 & movere vult, & intendit cum omnibus suis inciden-  
 tibus, dependentibus, emergentibus, annexis, & conne-  
 xis, totoque negotio principali aliquibus Ordinariis illa-  
 rum partium, & eorum cuilibet audiendis, cognoscendis,  
 decidendis, fineque debito terminandis Apostolica autho-  
 ritate committere, aliisque sibi in præmissis de opportu-  
 no juris remedio subvenire paternâ sollicitudine curavimus.  
 Nos igitur unicuique justitiam, ut decet, ministrare  
 cupientes, ac statum, & merita causæ, & causarum  
 hujus-



hujusmodi presentibus pro expressis habentes, ipsumque exponentem à quibusvis excommunicationis, suspensionis, & interdicti, aliis Ecclesiasticis sententiis, censuris, & pœnis, si quibus quomodolibet innodatus extiterit ad effectum presentium tantum consequendum, harum serie absolventes, & absolutum fore censentes hujusmodi supplicationibus inclinati fraternitati vestre fratres Archiepiscopi & Episcopi, & discretioni tuæ filii Officialis per Apostolica scripta mandamus quatenus vos, vel duo, aut unus vestrum vocatis dictis Adversariis, & aliis, qui fuerint evocandi causam, & causas prædictas exponentem firmo remanente in carceribus, & servatis censuris auctoritate nostra audiatis, cognoscatis, decidatis, fineque debito terminetis summarie, prout in causis beneficialibus procedi consuevit. Nos enim vobis, & vestrum cuilibet dictos adversarios, omnesque alios, quos opus erit etiam per edictum publicum constituto de non tuto accessu citandi, illisque, & quibus videbitur sub sententiis, censuris, & pœnis inhibendi contradictores in illas servata forma Concilii Tridentini incedisse declarandi, aggravandi, reaggravandi, & interdicendi auxiliumque brachii secularis, si ad hoc opus fuerit, invocandi attentata, & innovata quaecumque prout de jure revocandi fatalia, quatenus durent arbitrio vestro, & cujuslibet vestrum prorogandi, quatenus verò lapsa sint exponentem adversus eorum lapsum rem judicatam, & alia quaecumque præjudicialia in integrum, & prout de jure restituendi, aliaque in præmissis, & circa ea quomodolibet necessaria, & opportuna faciendi, dicendi, gerendi, exercendi, & exequendi plenam, & liberam eadem Apostolica



*stolica auctoritate tenore presentium concedimus facultatem non obstantibus premissis, ac felicitis recordationis Bonifacii Papae VIII. Praedecessoris nostri de una, & Concilii Generalis de duabus dictis dummodo quis ultra tres dietas in iudicium vigore presentium non trahatur, aliisque constitutionibus, & Ordinationibus Apostolicis, ceterisque contrariis quibuscumque. Datum Romae apud Sanctam Mariam Maiorem, anno Incarnationis Dominicae millesimo septingentesimo trigesimo tertio, decimo septimo Kalendas Januarii, Pontificatus nostri anno quarto. = Gsmachers. = Loco ✠ plumbi. = Super quibus quidem literis ego Notarius publicus infra scriptus hoc praesens publicum transumptum confectum signo, & subscriptione mea notavi ut perinde valeat ac literae originales: Actum praesentibus Dominis Nicolao Torrente, & Dominico Federici Testibus. = Concordat cum originali Joannes Baptista Riganti Officialis Deputatus. = A Cardinalis Prodatarius. = Loco Sigilli. = Ita est Dominicus Baronius Notarius Apostolicus. = Loco signi publici.*

### Aceitação, e Subdelegação.

Por reverencia da Santa Sé Apostolica aceito o Rescripto junto, e pondo-o na cabeça me pronuncio por Juiz competente do mesmo, e de todas suas dependencias, e nomeyo para Escrivão da causa ao Notario Apostolico Antonio, que passará as ordens necessarias; e porque de presente me acho impedido com varios achaques, subdelego os poderes no Breve junto a nós concedidos em o Reverendo



verendo Senhor Doutor Joseph Gomes Dias com clausula  
toties quoties reasumendi. Lisboa Occidental, vinte  
e seis de Janeiro de 1734. = D. S. Arcebispo Pri-  
maz da India Juiç Apostolico. =

### Aceitação.

Em reverencia da Santa Sé Apostolica aceito a Sub-  
delegação acima, e mando que o Notario nomeado passe  
as ordens necessarias. Lisboa Occidental de Janeiro 26  
de 1734. = Joseph Gomes Dias. =

### Num. XI.

#### IN NOMINE DOMINI AMEN.

**C**unctis sit notum quod anno à Nativitate Domini  
nostri Jesu Christi M. DCCXXXIII. In dictione  
XI. die verò XVIII. mensis Decembris Pontificatûs  
autem Santissimi in Christo Patris, & Domini nostri  
Domini Clementis Divina Providentia Papæ XII. anno  
ejus quarto ego Officialis deputatus vidi, & legi quas-  
dam literas Apostolicas sub plumbo more Romanæ curiæ  
expediçtas tenoris sequentis, videlicet. = Clemens Epis-  
copus servus servorum Dei. Dilectis filiis Josepho Go-  
mes Dias, & Antonio de Andrada Rego, ac Emma-  
nueli da Sylva Caldeira nostris, & Sedis Apostolicæ  
Notariis Prothonotariis nuncupatis in aliqua publica,  
& approbata Universitate Doctoribus, aut Licenciatis in  
Theolo-



Theologia, vel in utroque jure salutem, & Apostolicam benedictionem. Ex parte dilecti filii Petri Ribeiro Canonici Quartanarii nuncupati Ecclesie Ulixbonensis Orientalis, Nobis fuit humiliter expositum quod ipse expositum dico ipse exponens fuit sub pretextu non factarum per ipsum in Choro quarundam Ceremoniarum occasione egressus Canonorum dictae Ecclesie ex eodem Choro à dilectis etiam filiis Capitulo, & Canonicis ejusdem Ecclesie Adversariis de facto condemnatus in quasdā multas, seu pœnas pecuniarias; ideo exponens prædictus ad Sedem Apostolicam intra legitima tempora appellavit, nobisque humiliter supplicari fecit quatenus causam, & causas appellationis, & appellationum hujusmodi, ac nullitatis ex tribus iniquitatis, & injustitiæ, attentatorum, & innovatorum quorumcumque, nec non restitutionis in integrum prout de jure, adversus quaecumque præjudicialia saltem ex clausula generalis si qua mihi iusta causa videbitur, ac quam, & quas dictus exponens super permissis habet, & movet, habereque, & movere vult, & intendit, cum omnibus suis incidentibus, dependentibus, emergentibus, annexis, & connexis, totoque negotio principali aliquibus probis viris illarum partium in dignitate Ecclesiastica constitutis, & eorum cuilibet audiendi, cognoscendi, decidendi, fineque debito terminandi Apostolica auctoritate committere, aliisque sibi in præmissis de opportuno juris remedio subvenire paternâ sollicitudine curaremus. Nos igitur unicuique Justitiam, ut decet, ministrare cupientes, ac statum, & merita causæ, & causarum hujusmodi præsentibus pro expressis habentes, ipsumque exponente à  
qui-



quibusvis excommunicationis, suspensionis, & interdicti, aliisque Ecclesiasticis sententiis, censuris, & pœnis, si quibus quomodolibet innodatus existit, ad effectum præsentium tantum consequendum, harum serie absolventes, & absolutum fore censentes hujusmodi supplicationibus inclinati discretioni vestræ per Apostolica scripta mandamus quatenus vos, vel duo, aut unus vestrum vocatis dictis adversariis, & aliis, qui fuerint evocandi causam, & causas prædictas, auctoritate nostra audiatis, cognoscatis, decidatis, sineque debito terminetis summarie, prout in causis beneficialibus procedi consuevit. Nos enim vobis, & vestrum cuilibet dictos Adversarios, omnesque alios, quos opus erit etiam per edictum publicum constituto de non tuto accessu, citandi, illisque, & quibus videbitur sub sententiis, censuris, & pœnis inhibendi contradictores in illas servatâ formâ Concilii Tridentini incedisse, declarandi, aggravandi, reaggravandi, & interdicendi, auxiliumque brachii secularis, si ad hoc opus fuerit, invocandi attentata, & innovata quæcumque, prout de jure revocandi fatalia, quatenus durent arbitrio vestro, & cujuslibet vestrum prorogandi, quatenus verò lapsa sint exponentem adversus eorum lapsum rem judicatam, & alia quæcumque præjudicialia in integrum, & prout de jure revocandi fatalia quatenus durent, dico, & prout de jure restituendi, aliaque in præmissis, & circa ea quomodolibet necessaria, & opportuna faciendi, dicendi, gerendi, exercendi, & exequendi plenam, & liberam eadem Apostolica auctoritate tenore præsentium concedimus facultatem, non obstantibus præmissis, ac felicitis recordationis Bonifacii Papæ VIII.



Prædecessoris nostri de una, & Concilii Generalis de duabus dietis, dummodo quis ultra tres dietas in iudicium vigore præsentium non trahatur, aliisque constitutionibus, & Ordinationibus Apostolicis, cæterisque contrariis quibuscumque. Datum Romæ apud Sanctam Mariam Maiorem, anno Incarnationis Dominicæ 1733, decimo septimo Kalendas Januarii, Pontificatûs nostri anno quarto. = Gsmachers. = Loco ✠ plumbi. = Super quibus quidem literis ego Notarius publicus infra scriptus hoc præsens publicum transumptum confectum signo, & subscriptione meis notavi, ut perinde valeat ac literæ originales. Actum Romæ, dico, actum præsentibus Dominis Nicolao Torrente, & Dominico Federici Testibus. = Concordat cum originali Joannes Baptista Riganti Officialis Deputatus. = A. Cardinalis Prodatarius. = Loco Sigilli. = Ita est Dominicus Baronius Notarius Apostolicus. = Loco signi ✠ publici.

### Aceitação.

Por reverencia da Santa Sé Apostolica aceito este Rescripto, e me pronuncio Juiç delle, e nomeo para Escrivaõ o Notario Francisco Ferreira Jacome de Macedo Seixas, que passará as ordens necessarias. Lisboa Occidental de Janeiro 25 de 1734. = Joseph Gomes Dias. =



## Num. XII.

Consta da Certidão tresladada por extenso num. III  
folhas 54.

## Num. XIII.

O Padre Manoel Dias Ferreira, Clerigo Presbytero do Habito de S. Pedro, Notario Apostolico de Sua Santidade dos approvados na fórma do Sagrado Concilio Tridentino. Certifico, que a mim me foy appresentada huma certidão dos Escrivães do Tribunal da Relação Ecclesiastica de Lisboa Oriental, da qual seu theor, e fórma he o seguinte.

## Certidão.

Nós os Escrivães do Tribunal da Relação Metropolitana, e Auditorio Ecclesiastico desta Corte, e Cidade de Lisboa Oriental, e todo seu Arcebispado abaixo assinados, certificamos, que na manhã de hoje, que se contaõ vinte e dous do corrente mez, foraõ os Muito Reverendos Desembargadores, Vigario Geral deste Arcebispado, e Luiz da Sylva Podrozo com a assistencia do Doutor Promotor Fiscal da Justiça com nós Escrivães a fazer visita geral ao Aljube desta Cidade, e entre os prezos, que nelle estavaõ por casos crimes, e a Justiça lhes era parte, e mandaraõ soltar, foy hum delles o Notario Gregorio Soares Cordeiro, que estava embargado



na dita cadea à ordem do dito Desembargador Vigario Geral até mostrar ser Notario, e approvado neste Arcebispado, por huma denunciação, que contra elle deu o Doutor Promotor Fiscal da Justiça, e tambem embargado pelo crime, que lhe resultou de outra denunciação, que o mesmo Doutor Promotor Fiscal deu de huma mulher por culpas de Lenocinio; e vindo à dita visita o Quartanario Manoel da Sylva da Cunha, prezo à ordem do Reverendo Juiz do Illustrissimo Cabido, o não mandaraõ soltar por não ser prezo do Juizo, e lhes tocar; mas os ditos Reverendos Ministros o advertiraõ, e persuadiraõ, a que recorresse ao dito seu Illustrissimo Cabido, porque a ser o dia que era, e de perdões, se persuadiaõ a que logo o mandariaõ soltar, ao que o dito Quartanario respondeo, que assim como o tinhaõ mandado prender, o soltassem se quizessem, que elle não havia de requerer, nem fazerlhe petição alguma, que tinha o seu Juiz Apostolico, que era o que lhe havia de differir, e fazer o que lhe parecesse justiça, e esta foy a conclusaõ, que entre outras mais disse, que todos presenciamos; em fé do que passamos a presente por hum de nós feita, e pelos demais assinada por ordem invosse, digo in voce do Reverendo Desembargador Vigario Geral a requerimento do Procurador do Illustrissimo Cabido. Dada em Lisboa Oriental aos vinte e dous dias do mez de Abril de mil e setecentos e trinta e quatro annos. = Francisco Manoel Amado Sanches a escrevi, e assiney. = Francisco Manoel Amado Sanches. = Manol dos Santos Mafra. = Evaristo Lourenço de Gouvea. = Dom André Pereira Telles de Menezes. =



## Num. XIV.

O Padre Manoel Dias Ferreira, Notario Apostolico de Sua Santidade dos approvados na fórma do Sagrado Concilio Tridentino. Certifico, que a mim me foy apresentado hum Decreto do Reverendo Cabido de Lisboa Oriental, hum despacho do Reverendo Juiz do mesmo Cabido, e huma certidão, de que tudo o theor he o seguinte. =

Ordena o Illustrissimo Cabido Sede Vacante de Lisboa Oriental, desejando usar de piedade, e commiseracão com o Quartanario Manoel da Sylva da Cunha, prezo no Aljube, em attenção ao dia tão Santo como o de Sesta feira mayor, em que se lhe propoz este negocio, e por este motivo a livrallo da prizaõ, em que se acha, sem prejuizo da causa, e do direito das partes, que o dito Quartanario seja solto como seguro por tempo de seis mezes; e para que desta acção, que só he de piedade, não resulte disturbio, e desordem do Coro, fará primeiro termo, de que em quanto estiver solto, se vier à Sé, e ao Coro se conformar com os estylos, e ceremonias delle, com declaracão de ser isto sem prejuizo do seu direito, e da causa, e só interinamente no tempo, que assim estiver solto. O Senhor Juiz do Cabido, a cuja ordem se acha embargado o dito prezo, assim o fará executar. Lisboa Oriental em Cabido Sede Vacante, vinte e tres de Abril de mil e setecentos e trinta e quatro. = Siqueira de Vilhena. = Oliveira. = Segundo se continha, e declarava em o dito Decreto; ao qual se achava



va junto hum despacho do Reverendo Juiz do Cabido do theor , e fórma seguinte.

Em observancia desta ordem do Illustrissimo Cabido , qualquer dos Escrivães deste Juizo com o Meirinho vá ao Aljube , e tomando o termo , de que no Decreto se faz menção , solte ao referido Quartanario Manoel da Sylva da Cunha , e lhe porá cota de declaração no seu assento , e para que este logo se cumpra , e estarem impedidos os dous Escrivães do Auditorio , nomeo para esta diligencia a Francisco Manoel Amado Sanches , Notario , e Escrivão do Auditorio da vara do Vigario Geral. Lisboa Oriental vinte e tres de Abril de mil e setecentos e trinta e quatro. = Doutor Pery. = Segundo se continha , e declarava em o dito despacho em cumprimento do qual se fez a dita diligencia , que consta de huma certidão , que se acha juntamente escrita ao mesmo despacho do theor , e fórma seguinte.

### Num. XV.

**F**Rancisco Manoel Amado Sanches , Escrivão do Tribunal da Relação Metropolitana , e Auditorio Ecclesiastico desta Corte , e Cidade de Lisboa Oriental , e ser Arcebispado , &c. Certifico eu fuy com o Decreto do Illustrissimo Cabido retro , e despacho acima ao Aljube desta Cidade , aonde se acha prezo o Reverendo Quartanario Manoel da Sylva da Cunha , para effeito de ser solto na fórma do dito Decreto , fazendo o termo nelle mencionado , hindo em minha companhia Joseph Carvalho,  
Mei-